



COLÉGIO PEDRO II

**PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ANDRÉ DE MORAES GONÇALVES DIAS

**O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR ACERCA
DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO IFRJ – *CAMPUS* SÃO
GONÇALO: UMA ANÁLISE DE SUA RELAÇÃO COM
ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ**

Produto Educacional:

Guia sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ – *campus* São Gonçalo – para docentes da rede pública municipal de Itaboraí

Rio de Janeiro
2022



ANDRÉ DE MORAES GONÇALVES DIAS

**O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR ACERCA DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NO IFRJ – *CAMPUS* SÃO GONÇALO: UMA ANÁLISE DE SUA
RELAÇÃO COM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Araújo de Almeida

Rio de Janeiro

2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

D541 Dias, André de Moraes Gonçalves
O conhecimento da comunidade escolar acerca das atividades desenvolvidas no IFRJ – CAMPUS SÃO GONÇALO: uma análise de sua relação com escolas públicas do município de Itaboraí /André de Moraes Gonçalves Dias. - Rio de Janeiro, 2022.

98 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Sabrina Araújo de Almeida.

1.Educação – Conhecimento e ensino. 2. Educação profissional. 3.IFRJ. 4. Políticas públicas. I. Almeida, Sabrina Araújo de. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 370.7



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



ANDRÉ DE MORAES GONÇALVES DIAS

**O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR ACERCA DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NO IFRJ- CAMPUS SÃO GONÇALO: UMA ANÁLISE DE SUA RELAÇÃO
COM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Sabrina Araújo de Almeida

PROFEPT/CPII

Orientadora

Profa. Dra. Gabriela Ventura da Silva

PROFEPT/IFRJ

Prof. Dr. Ricardo Esteves Kneipp

IFRJ



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



ANDRÉ DE MORAES GONÇALVES DIAS

GUIA SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO – IFRJ – CAMPUS SÃO GONÇALO – PARA DOCENTES DA
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Sabrina Araújo de Almeida

PROFEPT/CPII

Orientadora

Profa. Dra. Gabriela Ventura da Silva

PROFEPT/IFRJ

Prof. Dr. Ricardo Esteves Kneipp

IFRJ

Dedico este trabalho a minha mãe Jandira Carvalho de Moraes (in memoriam) por todo apoio e incentivo para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha mãe Jandira e a minha avó Maria por todos os valores que me ensinaram e que possibilitaram o meu prosseguimento nos estudos, além do suporte material e emocional que me proporcionaram desde o início da minha jornada.

Agradeço, também, a minha amiga Luciane Carvalho por ter me incentivado na realização deste curso, e à Prissilla Mello por todo suporte e conselhos nos momentos que precisei.

Agradeço a todos os colegas da turma 2019/2 que fizeram parte dessa jornada comigo, em especial a amiga Renata Dias, que se tornou mais que uma colega de turma com seus conselhos nos momentos mais difíceis, pelo incentivo, troca de experiências e discussões sobre os diversos temas relacionados à educação. Também agradeço à Érica e ao Fabio, mais que colegas de turma, foram grandes parceiros durante todo o curso.

Faço meu agradecimento a todos os professores do PROFEPT/CPII, em especial ao professor Rogério da Costa Neves por toda contribuição como professor das disciplinas do programa, mas também pelos ensinamentos e incentivo durante o curso, e principalmente pela empatia e profissionalismo.

Agradeço à Eliza Lopes pela força nos momentos mais difíceis durante essa jornada, e por me ajudar a decidir continuar em todos as vezes que parecia não ter forças para prosseguir.

Também agradeço aos meus colegas de trabalho da UNIRIO, Juliana, Soely, Emanuele e Valéria, por contribuírem indiretamente no apoio emocional durante toda a jornada, e a Luísa Staib pelo suporte acadêmico.

Em especial, agradeço a minha orientadora, professora Sabrina Araújo de Almeida, por ter aceitado o convite da orientação, e por todo suporte e apoio durante a construção do trabalho.

Agradeço, ainda, a todos os professores do IFRJ e da rede municipal de Itaboraí que dedicaram parte do seu tempo participando da pesquisa.

RESUMO

DIAS, André de Moraes Gonçalves. **O conhecimento da comunidade escolar acerca das atividades desenvolvidas no IFRJ – *campus* São Gonçalo: uma análise de sua relação com escolas públicas do município de Itaboraí. 2022.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

O acesso à educação no Brasil foi historicamente marcado pela dualidade educacional, refletindo a divisão de classes característica da sociedade capitalista na qual estamos inseridos, fato este que possui reflexos também nas possibilidades de acesso dos estudantes da periferia ao nível médio e médio/técnico. Diante deste cenário, o presente trabalho buscou analisar o conhecimento da comunidade escolar pública do município de Itaboraí sobre as atividades desenvolvidas no *campus* São Gonçalo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ) e o objetivo geral foi investigar as questões relacionadas ao ingresso na instituição e o conhecimento da comunidade escolar do município de Itaboraí sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no referido *campus* do IFRJ. A investigação da relação entre as comunidades escolares citadas partiu da hipótese de que o conhecimento de estudantes e professores sobre o *campus* é insuficiente no que diz respeito as atividades oferecidas e desenvolvidas no referido local, e que a falta de conhecimento poderia constituir a primeira barreira no acesso dos estudantes à educação oferecida pelo Instituto. A pesquisa possui caráter qualitativo, com todas as etapas descritas minuciosamente, a partir da organização e análise temática de conteúdo de Bardin (2011). O produto educacional desenvolvido denomina-se Guia sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ – *Campus* São Gonçalo – para docentes da rede pública municipal de Itaboraí, com o objetivo de sanar as lacunas de conhecimento sobre o referido instituto e contribuir para a multiplicação da informação junto aos estudantes da rede, contribuindo assim para extinguir a barreira do conhecimento, que constitui uma dentre as tantas outras que afastam os alunos de outras instituições públicas da educação profissional e tecnológica nos moldes oferecidos pelos Institutos Federais, que preconizam uma educação integrada.

Palavras-Chave: Acesso; Educação Profissional e Tecnológica; formação integral; Ensino integrado.

ABSTRACT

DIAS, André de Moraes Gonçalves. The knowledge of the school community about the activities developed at the IFRJ - São Gonçalo *campus*: an analysis of its relationship with public schools in the city of Itaboraí. 2022. Dissertation (Professional Master's Degree in Professional and Technological Education) – Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

Access to education in Brazil has been historically marked by educational duality, reflecting the division of classes, characteristic of the capitalist society in which we are inserted, a fact that also reflects on the possibilities of access for students from the periphery to secondary and technical levels. In the face of this scenario, the present paper aims at analyzing the knowledge of the public school community in the city of Itaboraí regarding the activities developed on the São Gonçalo *campus* of the “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia” (IFRJ) and the general goal was to investigate the issues related to the admission to the institution and the knowledge of the school community in the city of Itaboraí about teaching, research and extension activities developed on the said IFRJ *campus*. The investigation of the relationship between the mentioned school communities started from the hypothesis that the knowledge of students and teachers about the *campus* is insufficient regarding the activities offered and developed in that place, and that the lack of knowledge could constitute the first barrier to the student's access to the education offered by the Institute. This research has a qualitative character, with all the steps described in detail, based on the organization and thematic content analysis by Bardin (2000). The educational product developed is called Guide of the “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia” do Rio de Janeiro - IFRJ - *campus* São Gonçalo - for teachers of the public network of the city of Itaboraí, with the objective of filling the knowledge gaps about the aforesaid institute and to contribute to the multiplication of information among the students of the city, thus contributing to extinguishing the barrier of knowledge, which is one among many others that separate students from other public institutions from professional and technological education in the molds offered by the Federal Institutes, that advocate for integrated education.

Keywords: Access; Professional and Technological Education; comprehensive training; Integrated teaching.

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1</u> - Dados educacionais de São Gonçalo/RJ.....	33
<u>Figura 2</u> – Dados educacionais de Itaboraí/RJ.....	33
<u>Figura 3</u> - Prédio escolar abandonado às margens da BR101 em São Gonçalo- RJ.....	35
<u>Figura 4</u> – Faixa etária apresentada pelos professores do 9º do ensino fundamental das duas escolas da rede municipal participantes da pesquisa.....	49
<u>Figura 5</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas em relação às características relacionadas ao sexo.....	49
<u>Figura 6</u> – Porcentagem das respostas apresentados pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas em relação a sua formação no ensino superior e pós-graduação.....	50
<u>Figura 7</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas em relação ao tempo de atuação na rede municipal de ensino.....	50
<u>Figura 8</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas em relação ao seu vínculo com serviço público.....	50
<u>Figura 9</u> – Porcentagem do conhecimento do <i>campus</i> São Gonçalo, apresentado pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas.....	52
<u>Figura 10</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre a localização e como chegar ao <i>campus</i> São Gonçalo do IFRJ.....	52
<u>Figura 11</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento dos cursos técnicos ofertado pelo IFRJ.....	53
<u>Figura 12</u> – Porcentagem das respostas apresenta pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre os tipos e modalidades de cursos ofertados pelo Instituto IFRJ.....	53
<u>Figura 13</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre a diferença entre um curso técnico integrado e curso subsequente/concomitante.....	54
<u>Figura 14</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento em relação ao processo seletivo para ingresso no IFRJ.....	55
<u>Figura 15</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento em relação a políticas de cotas para ingresso no IFRJ.....	56

<u>Figura 16</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento de alguma medida de divulgação das informações sobre o <i>campus</i> São Gonçalo do IFRJ.....	56
<u>Figura 17</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento do IFRJ e o seu processo seletivo.....	57
<u>Figura 18</u> – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento de alguma divulgação do Instituto nas escolas pesquisadas.....	58
<u>Figura 19</u> – Faixa etária dos docentes do IFRJ – <i>campus</i> São Gonçalo/RJ.....	59
<u>Figura 20</u> - Gênero dos docentes do IFRJ <i>campus</i> São Gonçalo/RJ.....	60
<u>Figura 21</u> – Tempo de magistério dos docentes do <i>campus</i> São Gonçalo do IFRJ.....	61
<u>Figura 22</u> – Tipo de vínculo dos professores do IFRJ – <i>campus</i> São Gonçalo.....	62
<u>Figura 23</u> – Questão sobre o conhecimento da forma de ingresso no IFRJ.....	64
<u>Figura 24</u> – conhecimento dos docentes do IFRJ sobre as políticas afirmativas de ingresso.....	64
<u>Figura 25</u> - Conhecimento dos estudantes sobre os cursos técnicos na percepção dos docentes.....	65
<u>Figura 26</u> – Grau de conhecimento dos estudantes sobre o curso.....	66
<u>Figura 27</u> – Conhecimento dos estudantes sobre ensino médio integrado na percepção dos docentes.....	67
<u>Figura 28</u> – Considera que as ações de ensino, pesquisa e extensão interferem no processo de ingresso na instituição.....	68
<u>Figura 29</u> – Participação dos docentes do <i>campus</i> em medidas de divulgação em escolas da rede municipal de Itaboraí.....	68
<u>Figura 30</u> : As estratégias de divulgação do <i>campus</i> São Gonçalo são suficientes para atender a demanda dos ingressantes?	69
<u>Figura 31</u> – Capa do Guia	73
<u>Figura 32</u> – Apresentação.....	73
<u>Figura 33</u> – Sobre o IFRJ.....	74
<u>Figura 34</u> – Como chegar ao <i>campus</i> São Gonçalo.....	75
<u>Figura 35</u> – modalidades de cursos.....	76
<u>Figura 36</u> – técnico integrado.....	76
<u>Figura 37</u> – Outros cursos (FIC e pós Graduação)	76
<u>Figura 38</u> – Curso de Administração	77
<u>Figura 39</u> – Perfil profissional - administração.....	77

<u>Figura 40</u> – Curso de Química	78
<u>Figura 41</u> - Perfil profissional - Química.....	78
<u>Figura 42</u> – Curso Concomitante/Subsequente.....	79
<u>Figura 43</u> - Curso Segurança do Trabalho.....	79
<u>Figura 44</u> - Perfil – Segurança do Trabalho.....	79
<u>Figura 45</u> – Processo de acesso aos cursos.....	80
<u>Figura 46</u> - Política de reserva de vagas.....	81
<u>Figura 47</u> - Cálculo da renda	82
<u>Figura 48</u> – Questões para enquadramento na cota.....	82
<u>Figura 49</u> : Modalidade de cotas.....	83
<u>Figura 50</u> : Endereços do <i>campus</i> na web.....	83
<u>Figura 51</u> : A partir da leitura do guia teve acesso a novas informações?	85
<u>Figura 52</u> : As informações sobre o <i>campus</i> (cursos ofertados e localização, por exemplo) foram apresentadas de forma objetiva e de fácil consulta?	86
<u>Figura 53</u> : Você considera que o Guia possui as informações suficientes para que você possa esclarecer dúvidas dos alunos da rede municipal interessados em concorrer a uma vaga no IFRJ.....	86
<u>Figura 54</u> : O Guia foi capaz de sanar possíveis dúvidas sobre o processo de ingresso nos cursos do IFRJ (edital, provas e política de reserva de vagas)?	87
<u>Figura 55</u> : Você acredita que a leitura do Guia contribui para que você possa orientar melhor os seus alunos sobre o acesso ao <i>campus</i> do IFRJ partindo do município de Itaboraí?	88
<u>Figura 56</u> : Você acredita que o maior conhecimento dos docentes da rede pública de Itaboraí sobre as possibilidades de formação de nível médias técnicas ofertadas no IFRJ – São Gonçalo - podem contribuir para multiplicação da informação junto aos estudantes da rede?	90

ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnologia Celso Celso Suckow da Fonseca

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CPII – Colégio Pedro II

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

FIC - Formação Inicial e Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF - Institutos Federais

IFF – Instituto Federal Fluminense

IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PE - Produto Educacional

PETROBRAS – Empresa Petróleo Brasileiro S/A

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

SETEC/MEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1. O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL	18
2.2. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E O ENSINO INTEGRADO	20
2.3 OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRADA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.	24
2.4. O IFRJ E SUA PRESENÇA NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	32
3. METODOLOGIA	37
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	37
3.2 PARTICIPANTES E LÓCUS DA PESQUISA	39
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	40
4. ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	41
4.1 ENTREVISTA COM EX-DIRETOR E PROFESSOR DO <i>CAMPUS</i> SÃO GONÇALO DO IFRJ	42
4.2. ANÁLISE DOS DADOS PESSOAIS DOS DOCENTES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ITABORAÍ.....	48
4.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DE ITABORAÍ AO QUESTIONÁRIO SOBRE O IFRJ	51
4.4 ANÁLISE DOS DADOS PESSOAIS DOS DOCENTES DO IFRJ – <i>CAMPUS</i> SÃO GONÇALO	59
4.5 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DO IFRJ AO QUESTIONÁRIO	63
5. PRODUTO EDUCACIONAL	70
5.1 FINALIDADE E OBJETIVO DO PRODUTO	71
5.2. ASPECTOS DO GUIA SOBRE OS IFRJ PARA DOCENTES DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ	72
6. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO AOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ITABORAÍ	84
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ITABORAÍ	98
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DO <i>CAMPUS</i> SÃO GONÇALO DO IFRJ	100
APÊNDICE III – QUESTÕES DA ENTREVISTA COM O EX-DIRETOR E PROFESSOR DO <i>CAMPUS</i> SÃO GONÇALO DO IFRJ	102
APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL INTITULADO “GUIA SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – <i>CAMPUS</i> SÃO GONÇALO – PARA DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ITABORAÍ.	103
ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	105

1. INTRODUÇÃO

O processo de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia iniciado nos anos 2000 proporcionou a região leste fluminense, que até então possuía carência de instituições que oferecessem formação Profissional e Técnica, a chegada de um *campus* do IFRJ. Mas observa-se que, mesmo com a chegada de um *campus* do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), a aproximação com as escolas públicas da região ainda parece insuficiente, a partir do acesso de estudantes oriundos de escolas públicas do leste metropolitano.

Durante os anos 2000, com o início da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no Município de Itaboraí, a região passou a receber diversas iniciativas de qualificação “de mão de obra”. Em 2009, a Empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) inaugurou o Centro de Integração do COMPERJ, no Município de São Gonçalo, com o objetivo de capacitação da “mão de obra” local para atender ao novo investimento da empresa.

Portanto, a chegada do IFRJ à região ocorre em um momento de grandes mudanças para todos os municípios que compõe o leste metropolitano do Rio de Janeiro. Apesar da política de expansão do Institutos Federais estarem alinhadas com os arranjos produtivos locais, o projeto pedagógico institucional do IFRJ enfatiza uma proposta de formação mais ampla, que indica ser diferente de uma visão estreita que tem como ênfase apenas atender a uma demanda específica de qualificação para o mercado de trabalho.

Diante deste cenário, este trabalho propõe uma análise da relação do IFRJ – *campus* São Gonçalo - com as escolas públicas do leste metropolitano do Rio de Janeiro. Tal estudo se dá a partir da análise do nível de conhecimento de diferentes aspectos característicos desta instituição, como o conhecimento dos docentes dessas escolas públicas sobre os cursos ofertados no IFRJ, a forma de acesso a esses cursos, dentre outros aspectos que envolvem o instituto, como a tríade ensino, pesquisa e a extensão.

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a divulgação das atividades desenvolvidas no IFRJ junto às escolas públicas, de modo que os docentes das escolas públicas da município de Itaboraí conheçam melhor a instituição, as formas de acesso aos seus cursos, além das modalidades de formação técnica/acadêmica oferecidas no local, visando propiciar uma maior igualdade de acesso e conseqüentemente diminuir as desigualdades, considerando que esses docentes podem ser multiplicadores da informação junto aos estudantes da rede pública.

Como maneira de analisar a relação acima, buscando contribuir para a divulgação do Instituto junto às demais escolas públicas, a presente pesquisa discute a importância do ensino médio integrado, como uma das prioridades dos Institutos Federais, e desta para a formação dos trabalhadores da região em que este Instituto encontra-se inserido, como forma de ampliar o conhecimento dos estudantes locais na compreensão do seu papel dentro da sociedade e no contexto regional, a fim de que, a partir de formação ampla, possam se organizar e ocupar os espaços relegados a eles durante décadas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho teve como objetivo investigar qual a relação entre as escolas públicas da rede municipal de Itaboraí e o *campus* São Gonçalo do Instituto Federal do Rio de Janeiro, e até que ponto as atividades de ensino, pesquisa e extensão são capazes de atingir essas escolas.

1.2 HIPÓTESE (S)

A pesquisa está alicerçada na hipótese de que a comunidade escolar da rede municipal de Itaboraí, no leste metropolitano do estado do Rio de Janeiro, possui acesso precário às informações referentes às diferentes possibilidades de formação e as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (*campus* São Gonçalo), além de não conhecer todas as formas de ingresso aos cursos oferecidos pela instituição.

1.3 JUSTIFICATIVA

A construção do presente trabalho justifica-se a partir da experiência do pesquisador como docente nos últimos anos do ensino fundamental em escolas públicas da região leste fluminense, em particular nos municípios de São Gonçalo e de Itaboraí, observando a necessidade de ampliar o conhecimento dos estudantes e docentes deste nível de ensino sobre a forma de ingresso, assim como construir e implementar estratégias que deem visibilidade às propostas de formação do *campus* São Gonçalo, a partir do momento que o estudante se sente parte integrante da instituição, com base nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, considera-se que a construção de estratégias de divulgação visando à aproximação do público ao IFRJ como instituição de referência em educação profissional técnica de nível médio, assim como de nível superior, poderá contribuir para aprofundar as relações

entre o IFRJ e as escolas públicas locais. O desenvolvimento de estratégias de divulgação para os estudantes e docentes das atividades desenvolvidas no instituto podem criar oportunidades para que os jovens das escolas públicas conheçam as possibilidades de formações ofertadas pelo Instituto Federal, e conseqüentemente concorram a uma vaga na instituição.

O estreitamento da relação proposta nesta pesquisa, visa criar a possibilidade de mudança da realidade social dos estudantes através do acesso ao conhecimento que pode proporcionar a eles o acesso à qualificação profissional, formação integrada, valorizando o sujeito e suas contribuições e intervenções no mundo do trabalho, além de beneficiar a região através do aumento da qualificação dos trabalhadores onde o IFRJ está inserido, beneficiando também as instituições públicas e privadas localizadas nas proximidades.

Apesar da política de expansão dos Institutos Federais, e das políticas de inclusão através das cotas, os estudantes das redes públicas, principalmente do último ano do ensino fundamental, parecem esbarrar no pouco conhecimento sobre o acesso às instituições federais de ensino médio técnico.

Através de uma busca realizada na base de dados da EDUCAPES com as expressões: “Expansão dos Institutos Federais” e “integração com as escolas públicas locais”, foram encontrados quatro trabalhos que versam sobre o assunto, mas com enfoques diferentes do proposto nesta pesquisa.

O resultado detalhado da busca mostrou que ainda são poucas as pesquisas que têm por foco as relações entre os Institutos Federais, fruto do processo de expansão do início dos anos 2000, e as escolas públicas locais (municipais e estaduais).

Uma importante análise, envolvendo os Institutos Federais e seu processo de expansão, é realizada por Milliorin (2018), onde o seu objetivo é investigar a atuação dos Institutos federais:

Na ampliação do direito à Educação Básica analisando aspectos a respeito da expansão e interiorização dos campi, da evolução das matrículas em cursos de Ensino Médio Integrado, bem como as características dos estudantes matriculados relacionados a sexo, raça/cor e faixa etária. (MILLIORIN, 2018).

Outro estudo encontrado na base da EDUCAPES que também aborda o processo de expansão do Institutos Federais, tem como título a expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), de 2008 a 2010: um estudo sobre as localidades dos *campi*

no território piauiense, o autor destaca que: “a pesquisa é realizada levando em consideração o potencial humano, os arranjos produtivos e, também, as vocações e as potencialidades das microrregiões estratégicas que contribuem para o desenvolvimento do estado” (SANTANA, 2013).

Apesar dos estudos citados acima tratarem do processo de expansão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, não possuem como foco a análise do conhecimento dos estudantes e docentes das escolas públicas regionais sobre os respectivos institutos, tampouco propostas de aproximação dos Institutos com esses estudantes. Destoando, portanto, dos objetivos pretendidos nesta pesquisa.

1.4 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Investigar o conhecimento da comunidade escolar do município de Itaboraí sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no *campus* São Gonçalo do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos:

- Descrever a relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e escolas públicas da rede municipal de ensino de Itaboraí.
- Identificar o conhecimento dos professores de duas escolas públicas da rede municipal de ensino de Itaboraí sobre as atividades desenvolvidas no Instituto Federal, e o impacto na formação dos estudantes, levando em consideração que são multiplicadores de informações junto aos estudantes.
- Propor a construção de um produto educacional que contribua para o aprofundamento do conhecimento dos docentes das escolas públicas de Itaboraí sobre os cursos ofertados e as atividades desenvolvidas pelo IFRJ, além de demais aspectos do Instituto, de modo que possa impactar no acesso dos estudantes ao mesmo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O ensino técnico no Brasil

Considerando o papel histórico das instituições de ensino, conforme apontado por Meszáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...] (MESZÁROS, 2008, p.35)

Podemos constatar, que no Brasil, não por acaso, o modelo de escola oferecido aos trabalhadores é extremamente precário, vai ao encontro de uma função histórica das instituições de ensino, conforme apontado pelo autor acima. De maneira ainda mais cruel, acrescenta-se a esse papel a dualidade estrutural que se reflete no modelo de ensino ofertado às diferentes classes sociais, sendo o modelo de escola acessível aos mais humildes aquele que oferece apenas o básico para que possam desempenhar tarefas elementares, de modo que possam ser capazes de atender às necessidades dos agentes econômicos, enquanto uma formação de nível superior e mais ampla é de acesso mais fácil a outra parcela da sociedade.

De acordo com Ramos (2012. pag.14): a história da educação no Brasil e a respectiva legislação são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileira e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional.

Historicamente, percebe-se que todas as formas de tratar e organizar o ensino técnico levaram em consideração a sua função enquanto formador de mão de obra de nível básico, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, com objetivo dar uma ocupação aos filhos dos trabalhadores que estariam na ociosidade, conforme consta nas considerações que visaram justificar o decreto de formação dessas escolas:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação. (BRASIL. 1909)

Até as posteriores transformações em Liceus industriais na década de 1930, por força

da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, das Escolas industriais e técnicas na década de 1940, conforme decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, e em 16 de fevereiro de 1959, em Escolas Técnicas Federais como autarquias dotadas de maior autonomia, conforme art. 16 da referida lei: “Os atuais estabelecimentos de ensino industrial, mantidos pelo Ministério da Educação e Cultura, terão personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, regendo-se nos termos da presente lei” (Lei Federal nº 3.552/59).

Somente com a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 4.024/61, é que foi permitida a equivalência do ensino técnico para prosseguimento aos estudos superior. A partir da primeira LDB, e durante os anos posteriores, o que engloba todo o período militar até que ocorra a redemocratização do Brasil, o ensino técnico foi consolidado e expandido, sempre em consonância com a política econômica da época, conforme avalia Ramos:

Dos anos JK à ditadura civil-militar, o Brasil viveu processos políticos intensos em que concepções de sociedade e de projeto de desenvolvimento estiveram francamente em disputa. A formação da classe trabalhadora brasileira, do ponto de vista técnico e ideológico, era um aspecto estratégico para o país, seja em uma ou em outra direção. (RAMOS, 2012. p.15)

As disputas citadas pela autora continuam após a redemocratização, e influenciam na aprovação da lei 9.394 de 1996, porém dentro de um novo contexto político-econômico, mais democrático do ponto de vista político e ideológico, e de reestruturação produtiva do ponto de vista econômico. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Nos anos 2000, após um contexto de disputas por concepções de ensino médio fragmentarias e outras mais integradas, surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Porém, mantendo a histórica estrutura dual de educação, conforme aponta Kuenzer (2000.pag 27.) ao realizar um amplo estudo sobre o ensino médio no Brasil: a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional do que iam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais [...]

Diante de reflexões sobre a função histórica das instituições educacionais, conforme apontado por Meszáros, e sobre uma estrutura dual de oferta do ensino e de disputa por projetos de sociedade, conforme observado em Kuenzer e Ramos, é fundamental que esses elementos

sejam levados em consideração ao pensarmos no desafio para a implantação de instituições de educação de ensino médio e técnico que possuam uma concepção para além de atender aos interesses econômicos, e que possa romper, pelo menos em parte, com a dualidade que vem caracterizando a oferta do ensino no Brasil, em especial em relação às diferentes classes sociais.

De acordo com Nosella e Azevedo (2012, p.26):

A estrutura dualista na sociedade ainda manifesta-se “horizontalmente”, distinguindo e separando aqueles que continuam os estudos em busca da ciência, daqueles que são obrigados a deixar os bancos escolares pelas bancadas de trabalho; “verticalmente”, separa os que estudam em escolas “desinteressadas”, isto é, de rigor científico e de ampla cultura geral que os habilitam para os cargos de direção da sociedade, dos que frequentam as escolas “interessadas” que os habilitam tão somente para a execução do trabalho e a aplicação da técnica (escolas profissionalizantes).

A proposta de uma educação que seja capaz de romper com a dualidade do ensino, sugere uma mudança no modelo de sociedade em que estamos inseridos, visto que no modelo de desenvolvimento capitalista a escola reflete as diferenças presentes na sociedade. Sendo assim, construir um modelo de escola que seja capaz de oferecer aos estudantes uma formação não apenas técnica, ou seja, interessada ao capital através da formação de mão de obra, mas também humana e crítica, capaz de ampliar o conhecimento geral do estudante sobre o mundo, parece ser o grande desafio dos atuais Institutos Federais de Educação.

Portanto, na tentativa de fazer florescer uma nova concepção de ensino técnico, que possua princípios que possam ir além da redução da formação de trabalhadores para atender aos interesses meramente econômicos, parece fundamental uma ruptura e transformação com o modelo histórico apresentado até aqui, onde a visão sobre as instituições educacionais e sobre o ensino, em especial o técnico, estão estritamente alinhados com um determinado modelo de sociedade e de formação reducionista do homem.

2.2. A concepção de educação dos Institutos Federais e o ensino integrado

A legislação que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, lei nº 11.892 de 2008, trouxe alguns avanços, como a prioridade da modalidade de ensino integrado conforme consta no primeiro objetivo presente na referida lei: são objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de

jovens e adultos (BRASIL, 2008).

A lei, ao priorizar os cursos integrados, cria espaço para a possibilidade da superação da separação entre os componentes curriculares do ensino médio tradicional e as disciplinas de caráter técnico. Esse modelo de ensino proposto amplia a visão de educação marcando historicamente as instituições de ensino médio e técnico.

Analisando o projeto institucional do IFRJ, é possível observar mudanças importantes que parecem ir de encontro a uma visão de educação mais ampla e com apelo de formação humana, e não meramente de formação técnica, conforme podemos no PPI: “Promover uma formação humana, ética e profissional, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e do país, em consonância com as mudanças do mundo do trabalho” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Ainda segundo consta no Projeto Pedagógico Institucional (PPI -2015) do IFRJ:

Os Institutos Federais orientarão os processos formativos, baseando-se na integração e na articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício das práticas do mundo do trabalho, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Além de seguir o que consta na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 citada no mesmo projeto, e que mostra a necessidade de: reafirmar que (...) a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento. (BRASIL, 2008).

As normas que hoje vigoram e embasam pedagogicamente os Institutos Federais de Educação, ciência e tecnologia, conforme apresentadas acima, parecem abrir espaços para uma concepção de educação mais ampla e, portanto, menos reducionista no que diz respeito a uma formação técnica. A integração dos conhecimentos na formação dos estudantes aparece como destaque, além da presença de termos como “formação humana”, “crítica”, “cidadã”, “integral”, que sugerem uma mudança no paradigma da educação que se pretendia até então com a

formação de técnicos de nível médio.

Ao tratar das disputas ideológicas no campo da educação, Ramos (2012) alertava para o processo que culminou com os atuais atos normativos, em especial no que se refere à educação técnica e tecnológica, indicando que são frutos de disputas políticas entre setores conservadores e progressistas. Portanto, a incorporação de qualquer termo menos reducionista na legislação educacional, não podem ser vistos fora do contexto dessas disputas.

Esse longo processo de discussões e disputas de concepções de educação após o processo de redemocratização, corroborou para que visões mais progressistas pudessem aparecer no texto normativo, mesmo que forma vaga, e com isso contribuírem para que os projetos institucionais, mesmo dentro de uma sociedade classista e com diversos interesses que se distanciam de uma formação integral do estudante, possam se aproximar do processo de construção de uma formação baseada nestes conceitos.

Com isso parece existir, em tese, nas normas que embasam os Institutos Federais, a preocupação em desenvolver uma educação humana, através de um ensino integrado, capaz de ir além da formação apenas para qualificação de trabalhadores para os diversos setores econômicos, além da oferta de cursos de nível superior, rompendo com formação de trabalhadores para funções de nível intermediário.

A prioridade da oferta de cursos na modalidade integrada, apontada no texto legal de criação dos Institutos Federais, abre caminho para novas concepções educacionais, que se distanciam do modelo de ensino técnico voltado apenas para qualificação de mão de obra e que predominou no país no último século.

O projeto de criação da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica apesar de priorizar o ensino integrado, parece encontrar barreiras em aspectos práticos que envolvem o cotidiano das instituições, como a superação da estrutura pedagógica, que permanece nos moldes anteriores, com uma forte fragmentação do conhecimento e pouca integração entre as áreas técnicas ou profissionais e as áreas “básicas” de formação, além de infraestrutura que garanta a efetivação de projetos realmente integradores, visto que, como apontam Araújo e Frigotto (2015):

A concretização do ensino integrado depende não só da vontade dos docentes e gestores educacionais, mas também das condições concretas de sua realização, requer um ambiente material que a favoreça e da busca permanente pelo elemento integrador, considerando as realidades específicas, a totalidade social e os sujeitos envolvidos.

Portanto, apesar do Estado incorporar no texto legal termos progressistas no campo da educação, como a priorização do ensino integrado, na prática, há uma aparente dificuldade na efetivação desses aspectos, visto que não parece ser acompanhada da mudança estrutural das instituições para que possam atender ao que foi incorporado na norma.

Araújo e Frigotto (2015) apontam para alguns aspectos que consideram problemas de ordem material para que os Institutos possam efetivamente atingir os objetivos de uma educação integral, sendo eles de ordem conceitual, de operacionalização curricular e de organização dos sistemas de ensino.

O texto da lei 11.892 de 2008, ao decretar que: “a formação humana e cidadã precede a laboralidade”, parece apontar para uma ideia de educação que deve, antes de tudo, preocupar-se com o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão, trazendo assim para discussão aspectos ideológicos e políticos antes de qualquer discussão sobre a utilidade laboral da escola. Dessa forma, encontramos espaço para discutir que tipo de cidadão e de sociedade podemos pensar a partir de conceitos tão amplos expressos na legislação.

Neste cenário, de permanente conflito entre os interesses de diferentes grupos, que podemos observar no campo da educação, conforme apresentado por Ramos (2014), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se consolidam como instituições de permanente aperfeiçoamento em busca de uma educação que seja capaz de oferecer um ensino integrado, que aponte para a formação mais completa, e, portanto, menos reducionista.

A Política de expansão dos Institutos Federais (IFs) que teve início em 2009 implantou diversos *campi* em regiões onde a distância muitas vezes impossibilitava estudantes de terem acesso a uma educação capaz de ampliar os horizontes de formação, seja através da possibilidade de formação técnica ou superior, mas em muitos casos, a aparente falta de conhecimento desses estudantes sobre como acessar essas instituições tornou-se um desafio para que eles concorram a uma vaga nessas escolas.

Parece que apenas a expansão e interiorização dos IFs não foi suficiente para ampliar o acesso dos estudantes mais carentes, se não fosse acompanhada de políticas afirmativas, como a lei no 12.711/2012, que garantiu a reserva de vagas e sinalizou para uma democratização e maior o acesso às Instituições Federais de Educação por parte desses estudantes, em especial aqueles oriundos de escolas públicas.

A possível falta de informação de muitos estudantes sobre os Institutos Federais que existem nas diferentes regiões onde vivem, também ocorre com a lei de cotas, visto que muitos aparentam pouco conhecimento da referida lei, assim como, em geral, os docentes das escolas públicas de segundo segmento do ensino fundamental também não parecem ser suficientemente informados sobre o assunto a ponto de orientar os estudantes.

Neste contexto, onde a possível falta de conhecimento sobre as oportunidades presentes nos locais onde estes indivíduos estão inseridos, constitui a primeira e decisiva barreira, que impossibilita os alunos de escolas públicas da periferia de terem acesso a este modelo de educação, e, portanto, de perspectivas mais amplas de formação, torna-se urgente a necessidade de refletir sobre o tamanho do alcance das políticas citadas acima e o motivo pelo qual elas não atingem a todos de maneira democrática.

2.3 Os desafios para implantação da educação integrada nas escolas de educação básica.

Considerando a análise realizada na seção anterior que aponta o ensino integrado como uma das premissas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e a necessidade de ampliar a visão para uma educação que não proponha a integração apenas de saberes formais, mas que seja capaz de promover uma formação de caráter amplo e completo, tanto intelectual quanto físico e emotivo, serão discutidos nesta seção os desafios para a implantação de tal proposta integrativa.

De acordo com Moraes (2000), muitos aspectos e dimensões envolvem a formação integral do individual e precisam ser trabalhados, como a criatividade, responsabilidade sociais e componentes éticos, afetivos e espirituais.

Apesar da ideia de integração envolver outros aspectos além dos saberes institucionalizados através do currículo, parece imprescindível que integração entre os campos do conhecimento floresça para que o objetivo maior do ensino integrado seja atingido, portanto não parece possível falar de um ensino integrado que envolvam outras dimensões da vida humana sem paralelamente expor a fragmentação do conhecimento no currículo escolar.

Talvez o maior desafio para construção de um projeto de ensino integrado seja a necessidade de uma integração do currículo, uma vez que, no paradigma da modernidade, os campos do saber tornaram-se cada vez mais especializados e fragmentados dentro do ambiente

acadêmico e científico, o que obviamente refletiu na organização curricular das escolas de ensino básico.

Ainda em relação ao paradigma da modernidade, cartesiano- newtoniano, responsável pela intensa fragmentação do conhecimento, Moraes (2000) destaca a influência deste na instituição escolar da seguinte forma:

A escola atual continua influenciada pelo velho paradigma, submetida a um sistema paternalista, hierárquico, autoritário e dogmático, não percebendo as mudanças ao seu redor e, na maioria dos casos, resistindo a elas. Continuamos dividindo o conhecimento em assuntos, especialidades, subespecialidades, transformando o todo em partes, separando o corpo em cabeça, tronco e membros, as flores em pétalas, a história em fatos isolados, sem nos preocuparmos com integração, interação, continuidade e síntese. (MORAES, 2000. p. 7.)

Diante desse cenário de especialização do conhecimento, serão listados a seguir três fatores que serão considerados aqui como “barreiras” para a implantação de qualquer proposta de integração do ensino que vá de encontro ao viés apresentado acima.

O primeiro deles é a forte compartimentação do saber, que parece influenciar diretamente a formação dos docentes para a educação básica, considerando que eles são formados ainda com base em currículos que parecem, ainda, sofrer resquícios da fragmentação moderna.

O segundo fator está relacionado à organização curricular da maioria das escolas brasileiras, que adotam esse modelo fragmentado tanto na teoria quanto na prática escolar, contribuindo para uma visão fragmentada do conhecimento científico por parte dos estudantes.

O terceiro e último, está relacionado à forma como a organização pedagógica das escolas de educação básica, em especial o segundo segmento do ensino fundamental e o ensino médio, em que professores são separados por dias da semana, de acordo com suas disciplinas. Isso acentua a impossibilidade de diálogo entre os campos do saber e de projetos que possam almejar qualquer tipo de integração entre os conhecimentos.

A análise desses fatores pretende mostrar como parece necessária a discussão das consideradas aqui como barreiras para a implementação do ensino integrado, de forma que se possa pensar na importância de se refletir sobre esses fatores na construção de projetos capazes de atingir realmente um ensino integrado, não só em relação aos conhecimentos que hoje se apresentam fragmentados em disciplinas/matérias, mas, sobretudo, em relação à construção de novas formas de abordagem e análise da realidade social a partir dos conhecimentos científicos

de maneira mais ampla, que considere o ser humano na sua totalidade. Porém, para que essas abordagens sejam possíveis, é necessário discutir as teorias que embasam o currículo.

Conforme aponta Silva (2017), as teorias do currículo, e o campo de estudo sobre currículo, especificamente, surgiram como necessidade de atender à expansão da escolarização para as massas, e não podem ser vistas como neutras, visto que selecionar conhecimento é um instrumento de poder, segundo o autor.

Na visão tradicional, o currículo surge como um método de organização e alinhado com os preceitos da administração científica de Taylor e com o movimento ligado ao desenvolvimento das teorias científicas da administração, voltadas, inicialmente, para o modo de produção industrial emergente no início do século XX. Citando os estudos de Bobbitt e Tyler, Silva (2017) demonstra como as visões de currículo foram desenvolvidas nos Estados Unidos, com objetivos claramente burocráticos e organizacionais.

Sobre esse modelo tecnicista que influenciou fortemente a educação brasileira em meados do século XX, Ramos (2017) destaca que tal modelo está baseado na teoria do capital humano:

A ideologia que sustentou essa correspondência foi a Teoria do Capital Humano. Trata-se de uma teoria que vem das ciências econômicas, a economia da educação, mas que se mostrou como ideológica, baseada na linearidade da relação entre nível de escolaridade e classificação social das pessoas; e entre o nível de escolaridade da população de um país e o seu desenvolvimento econômico. O caráter ideológico da Teoria do Capital Humano orientou as políticas de educação da classe trabalhadora no Brasil dos anos 1950 aos 1970. (RAMOS, 2017. p. 24)

No Brasil, a influência dessa visão tecnicista de currículo, alinhada ao modelo de desenvolvimento capitalista imperante na época, parece ter aprofundado a especialização do saber e transformado a organização do conhecimento nas instituições educacionais, como exemplo dessa política em território nacional, cito aqui as organizações departamentais nas universidades, implantadas na segunda metade do século XX.

Apesar do surgimento de inúmeras discussões no campo educacional que rechaçavam os modelos tradicionais tecnicistas, como as teorias críticas e pós críticas, as discussões sobre novas formas de organização curricular parecem ter atingido pouco o modelo consolidado nas décadas de 1960 e 1970, visto que, até hoje, nas primeiras décadas do século XXI, ainda se pode observar a forte influência da fragmentação do conhecimento, não só nas escolas de ensino básico, como também nas instituições de ensino superior.

Essa dificuldade de transpor a barreira da organização curricular em “caixinhas do conhecimento”, aponta para esse grande desafio que é a construção do conhecimento de maneira integrada, de maneira que influencia todos os outros fatores aqui listados. Os fatores de ordem prática de organização pedagógica e administrativa das instituições escolares são também influenciados pela tendência à compartimentalização.

Cabe destacar que não se pretende aqui analisar as diferentes teorias de integração curricular, ou do conhecimento, para a construção do ensino integrado, de modo que essas teorias, dentro de suas especificidades e limitações serão consideradas aqui como propostas válidas nas tentativas de ruptura com o paradigma anterior, que deu origem à fragmentação do conhecimento.

Esclarecida essa questão, destaca-se aqui o primeiro fator considerado uma barreira prática para as propostas e execução de ações que visam a um ensino integrado, sendo este o paradigma que gerou a fragmentação do conhecimento e das práticas pedagógicas como um dos maiores obstáculos para que se vivencie um novo paradigma, como o da complexidade, e acompanhar o movimento de uma sociedade em rede (BERNARDI e DAUDT, 2014).

Em conformidade com a teoria da complexidade de Edgar Morin (2000), a primazia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de se operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. (MORIN, 2000).

O foco de análise aqui são fatores da realidade prática que parecem intransponíveis no que tange à formação e execução de propostas de ensino integrado, por mais que a construção dessas propostas não passem apenas por um único caminho, ou seja, por uma única prática, conforme apontam Araújo e Frigotto (2015): “consideramos a possibilidade de haver práticas pedagógicas mais adequadas ao projeto de ensino integrado, mas recusamos a ilusão de haver uma única forma de promover a integração parte-todo, teoria-prática e ensino técnico e profissional, no ensino médio.” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 3).

Para a realização da análise serão consideradas algumas premissas que precisam ser discutidas para compreensão mais ampla das possíveis formas de construção de um modelo de ensino integrado, como foco nos fatores já apresentados como possíveis entraves para a execução de práticas que possam ir de encontro a visão de integração do ensino, e que serão analisados levando em consideração a prática docente.

Portanto, diante da necessidade que sugere ser urgente de superação da compartimentação do conhecimento, considera-se este fator primordial que compõe a tríade de obstáculos a serem superados na construção da integração do conhecimento. Primordial porque afeta diretamente a formação dos docentes que, ao saírem das universidades, onde vivenciaram toda a fragmentação do saber ainda presente em parte significativa dos cursos superiores, dificilmente encontrarão subsídios para trabalharem no ensino básico de maneira integrada.

Considera-se que os currículos dos cursos de licenciatura ainda parecem marcados fortemente pela divisão em muitas disciplinas, e que em muitos casos sugerem um não diálogo com as demais disciplinas do próprio campo do saber e com o todo. Pode-se pensar nessa divisão da formação como uma grande barreira para o docente ter a visão do todo, e mesmo as tentativas de integração do saber, por mais simples que sejam.

Nesse contexto, pensar em integração na educação básica sem a devida crítica ao sistema de formação dos docentes nos moldes atuais, pode criar um grande vazio de significado, em que se exige dos profissionais algo sobre o qual não foram levados a pensar no decorrer de sua formação acadêmica. Vivenciaram, ao contrário, as antigas estruturas em departamentos e em disciplinas expressas em fluxogramas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394/96), a organização do conhecimento por níveis de ensino deve atender a uma base nacional comum, que é especificada na referida lei através dos conhecimentos relacionados ao estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente, do Brasil. Outros conhecimentos também são expressos na lei como obrigatórios, como a arte, a educação física e o estudo da cultura afro-brasileira e indígena, da filosofia e da sociologia, além da língua estrangeira.

Apesar de parecer contraditória, a defesa de determinados campos do conhecimento na lei, como é o caso da filosofia e da sociologia, tornaram-se bandeiras do movimento progressista diante das tentativas do estado de suprimi-las do currículo de maneira expressa, fazendo com que a defesa desses saberes em forma de campo científico do conhecimento, mesmo que implícito que são fundamentais para a compreensão da realidade social e política, fossem defendidos no corpo da lei.

O movimento aparentemente contraditório descrito anteriormente, parece fundamental devido ao uso político do currículo e da legislação de acordo com os projetos de governo

considerados retrógrados em relação à integralidade do conhecimento expressos em todas as suas formas, o que inclui as artes e os saberes renegados durante décadas devido à visão eurocêntrica de mundo que influenciou a forma como os conteúdos escolares eram selecionados, como exemplo, podemos citar o ensino da história e cultura africana.

Na últimos anos, a política educacional indicou grande retrocesso no que diz respeito a valorização das ciências humanas e sociais no currículo escolar, como exemplo citamos aqui a criação do que o governo denominou de “novo ensino médio”, medida que, para ser implementada, precisou alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), através da lei federal nº 13.415 de fevereiro de 2017.

A referida lei altera, dentro outros, o artigo 35 da LDB, explicitando a obrigatoriedade de estudos e práticas da educação física, arte, filosofia e sociologia na base nacional comum, porém não delimitando o seu ensino obrigatório em todos os três anos do ensino médio, diferente do ensino da língua portuguesa e da matemática, que tiveram a inclusão em todos os anos do ensino médio garantidas na lei.

Diante dessa alteração na LDB e com a normatização através das portarias nº 521 e nº 733 de 2021, do governo federal, que trataram respectivamente de instituir o cronograma de implantação do novo ensino médio e o programa de itinerários formativos, diversos currículos dessa fase de ensino em diferentes estados da federação passaram a diminuir a carga horária das ciências humanas e sociais em seus currículos, amparados pelo nova normatização educacional que trata dos itinerários formativos e da não obrigatoriedade desses saberes em todos os anos do ensino médio.

A visão retrograda sobre o conhecimento, que é definida aqui como sendo aquela que tentar diminuir ou até mesmo extinguir as ciências humanas da escola, também questiona o conhecimento científico desenvolvido por anos pelas ciências físicas e naturais, o que parece fazer parte de um grande movimento político-ideológico de regressão a valores morais carregados de preconceitos que marcaram uma sociedade de outrora, e que parecem mais aceitáveis diante das lutas de diversos movimentos progressistas no campo da educação.

Ciavatta (2012) coloca como pressuposto para a formação integrada e humanizadora a vontade política das diversas instâncias responsáveis pela educação, como gestores em diferentes níveis de governo, secretarias de educação, diretores e professores, segundo a autora, todas essas

instâncias deveriam manifestar vontade em romper com a ideia de formação para o mercado de trabalho e trabalhar na construção de um projeto social que vise a formação integrada.

O movimento em direção à construção de uma nova forma de olhar o conhecimento mais integrado não pode se restringir apenas às discussões entre os pares que defendem tal ideia, sendo fundamental que a realidade concreta e seus movimentos políticos sejam observados, de modo que a discussão não se aproxime mais de uma “bolha teórica” do que daquela realidade que se pretende mudar.

Dessa forma, entender que toda reflexão sobre a construção de uma integração curricular deve estar atrelada não só à vasta literatura sobre o tema, que remonta as escolas unitárias defendidas por Gramsci, passando por ideais mais contemporâneos de integralidade e complexidade apresentados por Morin (2000), mas também precisam dialogar com as realidades concretas que se apresentam em cada lugar do planeta, considerando, assim, as peculiaridades e os diferentes movimentos políticos que se impõem naquele espaço-tempo, pois a compreensão desses elementos indica ser fundamental para não tornar a discussão uma utopia, no sentido de obstáculo intransponível para determinada realidade.

Ao citar estudos de Costa (2012) sobre o ensino médio integrado no Brasil, Frigotto e Araújo (2018) destacam que a autora identifica em seus estudos três questões que seriam problemas para a efetivação da educação integrada nesse nível de ensino, que seriam de ordens: ordem conceitual, de operacionalização curricular e de organização dos sistemas de ensino. Nos parágrafos a seguir o foco de análise será nos dois últimos problemas citados.

Observando diversos currículos da educação básica, em especial dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, é possível observar claramente a tendência discutida acima, que é a fragmentação do conhecimento no currículo escolar. Cito aqui documentos como boletins divididos por disciplinas, uma infinidade delas dependendo das instituições, e também da grade horária das turmas que segue o mesmo modelo.

Entretanto, na prática docente, os relatos de tentativas de integração são comuns, através de projetos temáticos que possam aproximar os campos do conhecimento já separadas na sua estrutura curricular, mas ainda assim esbarra na organização das instituições escolares.

Aqui surge a terceira barreira a ser enfrentada paralelamente às demais, que é a divisão do conhecimento para além do currículo escolar expresso no papel. Essa segunda repartição tem relação direta com a divisão dos horários das disciplinas de acordo com a disponibilidade dos

professores ou da divisão proposta pelos gestores escolares, que parecem ignorar qualquer relação entre as áreas do conhecimento, como se todas fossem suficientes em si mesmas, sem necessidade de qualquer interação possível.

Thurler (2001) ao tratar da organização dos professores e seus horários na escola faz uma associação como a lógica da indústria:

Os cadernos de encargos e os horários dos professores são definidos como quaisquer posto de trabalho em uma indústria, de maneira que possam ser ocupados por pessoas intercambiáveis , com a única condição de possuírem a qualificação desejada para desempenhar seu papel. (THURLER, 2001, p.27).

A percepção do conhecimento que o aluno irá acessar em determinado dia e horário na escola não pode partir do princípio de que o conhecimento se apresenta fragmentado, considerado suficiente em si mesmo, sem conexão com as demais áreas do saber. Se houver uma reflexão, na prática, aquela divisão teórica do currículo, os projetos temáticos que seriam a única tentativa viável de aproximação entre os diferentes campos do saber, podem carecer de sentido e, assim, não atingirem objetivo algum.

Parece comum em instituições escolares de ensino básico brasileiras, professores de diferentes disciplinas não se encontrarem durante meses, pois trabalham em dias diferentes e, conseqüentemente, os conteúdos são construídos e apresentados aos estudantes de forma tão distinta que nem sempre a maturidade e a percepção da faixa etária a que se destina o conhecimento é capaz de fazer tal relação.

Assim, são criadas falas comuns de alunos que questionam alguns professores com frases típicas, como, por exemplo: “esse assunto é de tal disciplina, essa aula é de outra”. Naturalmente, não cabe ao aluno fazer a interligação de um conhecimento que foi apresentado a ele de maneira fragmentada tanto no papel como em dias diferentes da semana.

Essa última barreira, que envolve a organização pedagógica dos conhecimentos nas instituições escolares, não está dissociada das demais, pelo contrário, acaba reforçando as demais barreiras para a integração do conhecimento e, conseqüentemente, a busca por um ensino integrado.

Pensar sobre o ensino integrado para além da integração curricular dos saberes fragmentados pela modernidade e vivenciados na escola básica até a atualidade, passa pela análise das barreiras que podem, não só impedir a reflexão sobre novos paradigmas do

conhecimento, como, também, ciente desses paradigmas, não serem capazes de atuarem em sua direção dentro das instituições escolares.

Mais que entender o pensamento complexo e todos os aspectos pós-modernos, e suas implicações no campo educacional, parece urgente que seja realizada uma análise das condições materiais que a atualidade apresenta, com todas as suas peculiaridades e características que remetem a paradigmas considerados ultrapassados, mas que ainda determinam a organização das instituições.

Ciente da realidade que vivemos e de todas as barreiras aqui apresentadas torna-se condição *sine qua non* que as discussões sobre o ensino integrado não precedam as discussões sobre a realidade concreta e a sua constituição como barreiras a serem superadas, para que se possa avançar na construção da integralidade do ser humano e seu aperfeiçoamento através dos diferentes campos do saber, que precisam ser reconectados na direção apontada por novos paradigmas, como o da complexidade.

Portanto, criar mecanismos de reflexão sobre os aspectos que constituem barreiras para o ensino integrado parece fundamental para que não percam de vista os objetivos e as visões de mundo que poderão superar o paradigma moderno que ainda se mostra prevalente na maioria do campo educacional brasileiro, e que conforme apresentado aqui, se reflete na realidade do ensino praticado na maioria das instituições escolares do país.

2.4. O IFRJ e sua presença no leste metropolitano do Rio de Janeiro

A presença de um *campus* do Instituto Federal do Rio de Janeiro, que aponta para uma formação para além da qualificação de mão de obra para servir aos agentes econômicos, no município de São Gonçalo, no leste metropolitano, possui enorme significado, visto que a cidade, segundo dados do o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, ocupava o segundo lugar entre os municípios mais populosos do estado, com 999.728 habitantes, com projeção de 1.098.357 para o ano de 2021.

Ainda segundo dados do IBGE referentes as matrículas no ano de 2020 dos municípios de São Gonçalo (Figura 1) e Itaboraí (Figura 2), é possível constatar a discrepância na quantidade de matrículas entre o ensino fundamental e o ensino médio, evidência esta que pode sugerir um processo de descontinuidade nos estudos na transição para este último nível de ensino

nos dois municípios do leste metropolitano. Em Itaboraí, por exemplo, há aproximadamente cinco vezes menos matrículas no ensino médio comparado ao ensino fundamental, e em São Gonçalo quatro vezes menos matrículas quando realizada a mesma comparação.

Figura 1 - Dados educacionais de São Gonçalo/RJ **Figura 2 – Dados educacionais de Itaboraí/RJ**

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	96,7 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	4,6
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	3,6
Matrículas no ensino fundamental [2020]	94.414 matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	24.220 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	5.544 docentes
Docentes no ensino médio [2020]	2.500 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	409 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	134 escolas

Fonte: IBGE (2020)

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,1 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	5,1
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	3,9
Matrículas no ensino fundamental [2020]	30.591 matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	6.700 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	1.977 docentes
Docentes no ensino médio [2020]	580 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	125 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	30 escolas

Fonte: IBGE (2020)

De acordo com os dados acima, em 2020 os dois municípios citados possuíam juntos 125.005 matrículas no ensino fundamental e 30.920 matrículas de ensino médio. Por outro lado, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2022) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), relativos ao ano de 2020, ano base de 2019, foram identificadas apenas 1.526 inscrições no processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio do IFRJ – *campus* São Gonçalo, considerando as modalidades integrado e concomitante/subsequente, conforme é possível observar na tabela abaixo:

**TABELA 1 - Número de Inscritos no processo seletivo para os cursos técnicos do IFRJ –
campus São Gonçalo**

Cursos	Inscritos	Vagas	Ingressantes/ matriculados
Técnico em química	550	32	32
Tec. Seg. do Trabalho	410	144	101
Tec. Em Administração	566	32	32
TOTAL	1.526	208	165

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha / SETEC/MEC

Correlacionando estes dados, pode-se supor que a procura pelo ensino médio no *campus*, considerando a quantidade de matrículas nos dois municípios mencionados acima, aparentemente parece muito aquém do esperado. Apesar da presente pesquisa não ter envolvido estudantes desses municípios, foram coletadas informações junto aos docentes de duas escolas públicas municipais de Itaboraí, com os quais foi possível identificar o baixo conhecimento desses membros da comunidade escolar sobre o *campus* e os cursos ofertados, conforme consta na seção de análise de dados da presente pesquisa.

Ainda em relação a discrepância entre dos dados apresentados, no que tange aos aspectos populacionais e as matrículas nos diferentes níveis de ensino da educação básica, através da observação em campo, realizada através de do trajeto entre o *campus* do IFRJ e as escolas pesquisadas, foi possível registrar um aparente abandono e descontinuidade de políticas públicas para área de educação na região, que é visível através do sucateamento de instituições de ensino às margens da rodovia BR-101 no trecho que corta os municípios do leste metropolitano.

Na área entre os Municípios de Niterói e Itaboraí, que atravessa o município de São Gonçalo, por exemplo, é possível encontrar, às margens da BR-101, escolas totalmente abandonadas (figura 3) e outras extremamente precarizadas. A maioria não muito distante do atual *campus* do IFRJ em São Gonçalo, que inclusive tem o seu atual espaço físico, localizado em um espaço escolar que ficou abandonado até ser cedido pelo governo estadual ao Instituto Federal.

Figura 3- Prédio escolar abandonado às margens da BR101 no município de São Gonçalo-RJ



Fonte: O autor

Assim, a ampliação da rede de educação técnica e tecnológica, em uma região aparentemente carente de infraestrutura escolar, parece fundamental, como também a sua expansão pela periferia e interior dos estados brasileiros. A criação de instituições que priorizarem um ensino integrado pode contribuir para a construção de bases capazes de romper com a visão estreita de educação técnica que predominou no país, além de oferecer cursos de nível superior, em áreas onde a população, historicamente, parece possuir acesso precário e esses cursos assim como ao ensino técnico integrado, é fundamental para diminuir a dualidade de oferta do ensino que ainda parece predominar no país.

O acesso a uma educação que prioriza a integração entre os conhecimentos e consequentemente a ampliação da visão de mundo dos estudantes parece fundamental para romper aspectos históricos de exclusão dos mais carentes ao acesso a um direito básico, como o direito à educação.

Ainda que o modelo de ensino médio integrado possua problemas a serem enfrentados para atingir os objetivos da educação integrada preconizado nos projetos progressistas, a sua oferta em regiões onde o acesso a infraestrutura educacional é precário, já aparenta um grande avanço em relação ao acesso à educação.

A construção de uma escola para além da formação de trabalhadores para o mercado, que

não ensine apenas os conteúdos profissionais para desempenho de tarefas, mas que integre os conhecimentos, pode contribuir para a criação de um pensamento crítico e de cidadãos conscientes dos seus do seu papel na sociedade, capazes de entender e propor mudanças na sua realidade do espaço que habitam, transformando assim, conseqüentemente, também a sociedade, através uma nova forma de ver o mundo.

Saviani (2008. Pag.11), ao tratar das reformas educacionais no Brasil, nos alerta para a descontinuidade das políticas educacionais: A outra característica estrutural da política educacional brasileira, que opera como um óbice ao adequado encaminhamento das questões da área, é a descontinuidade.

Este cenário de não continuidade das políticas, apontado no abandono visível das instituições educacionais na região, em grande parte dos casos, resulta em uma precarização da educação, e afeta em especial aqueles que possuem no estado o único provedor deste serviço, que é um direito fundamental de todo cidadão.

Para pensarmos em uma escola que seja capaz de romper com a dualidade existente até hoje no Brasil, precisamos urgentemente criar políticas que garantam o acesso dos excluídos do processo educacional às instituições que ofertam uma educação capaz de fazê-los sonhar com perspectivas diferentes de vida visando uma nova sociedade, mais justa e inclusiva.

Portanto, garantir formas que sejam capazes de levar os estudantes, que vivem às margens dos nossos grandes centros urbanos, a conhecer todas as possibilidades de acesso a uma educação ampla, e com projeto de formação para além da simples qualificação para o trabalho, é um desafio que precisa ser enfrentado.

A oportunidade criada com a expansão dos Institutos Federais para áreas remotas e/ou negligenciadas pelo estado, seja no interior ou nas periferias dos grandes centros urbanos, precisa ser divulgada de maneira que essas instituições possam se fazer presentes na vida da maioria dos moradores locais, para que os mesmos, cientes da importância da instituição, possam defendê-la de possíveis propostas do estado de mudança ou abandono do projeto que levou a criação desses institutos, caso contrário, estarão fadadas ao isolamento e as mudanças de governo, que podem culminar, no seu modo mais cruel, com o abandono dos espaços, característica marcante na região estudada e apresentada nesta pesquisa.

Como forma de aprofundar o conhecimento dos estudantes das escolas públicas locais sobre o IFRJ – *campus* São Gonçalo, precisamos criar mecanismos de divulgação de

informações sobre o Instituto e seus respectivos cursos, para além do virtual, visto que o acesso à internet, infelizmente, não é uma realidade para todos que vivem na periferia do Rio de Janeiro.

Portanto, pensar em estratégias e mecanismos que possam aumentar a possibilidade de os estudantes da rede pública do leste metropolitano conhecerem os cursos de formação ofertados no Instituto Federal da região, assim como todas as formas de acesso a eles, parece primordial para que os mesmos tenham, pelo menos, o direito de concorrer a uma vaga na instituição.

3. METODOLOGIA

3.1 Aspectos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados para alicerçar a presente pesquisa têm como base uma abordagem qualitativa, onde os passos da pesquisa serão descritos e pormenorizados, além de justificada cada opção realizada durante o percurso, demonstrando o compromisso com o rigor científico do trabalho (André, 2013 p.96). Assim como, para melhor compreensão da ação empírica e cobertura adequada dos acontecimentos sociais, foi utilizado neste trabalho uma pluralidade de instrumentos metodológicos, como a observação, a entrevista, o uso de questionários e a análise sistemática (BAUER; GASKELL, 2008. p.18).

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa: “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995 p. 58)”. Como instrumentos da pesquisa qualitativa que visam a aproximação do pesquisador com o objeto estudado, uma importante ferramenta é a entrevista, conforme aponta Marconi e Lakatos (2011):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI; LAKATOS, 2011 p. 195).

Além da utilização de entrevista, a presente pesquisa dispôs de dois questionários, construídos a partir através da ferramenta google forms, como técnica de coleta de dados sobre a experiência dos participantes, a fim de subsidiar a construção de um produto educacional. A escolha da ferramenta digital levou em consideração a situação de excepcionalidade gerada pela

pandemia. De acordo com Gil (2002), o formulário é a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.

Considerando o caráter qualitativo da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e sistematização do material adquirido, os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo, definida por Bardin (2011) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011. p. 42).

Ao recorrermos à análise de conteúdo segundo Bardin (2011), consideramos a existência de uma: “atração do investigador sobre o escondido, o latente, o não-aparente, presente no discurso dos participantes da pesquisa, refletindo em comportamentos no cotidiano escolar”.

Diante do exposto, os tópicos a seguir irão descrever todos os passos que foram adotados na pesquisa, com detalhamento dos respectivos grupos participantes, relação com o local escolhido para análise e aplicação do produto educacional, e as técnicas utilizadas para coleta dos dados. Assim como a justificativa da escolha de cada grupo, de modo que a análise dos resultados encontrados nos diferentes segmentos norteou a construção do produto educacional que foi desenvolvido no decorrer da pesquisa.

O cronograma de execução da presente pesquisa foi iniciado com o levantamento de informações sobre o tema, que envolveu dentre outras ações a pesquisa do tema em plataformas de trabalhos acadêmicos, o levantamento de dados demográficos e educacionais dos municípios envolvidos e a observação em campo, conforme explicitado na seção de embasamento teórico.

A etapa posterior a apresentada no parágrafo anterior consistiu na formulação das questões para os formulários aplicados aos docentes do IFRJ e das escolas municipais envolvidas na pesquisa, assim como daquelas apresentadas na entrevista. Todo o processo de aplicação das ferramentas de coleta de dados junto aos docentes foi precedido pela solicitação das autorizações de pesquisa aos gestores máximos das instituições envolvidas.

De posse das referidas autorizações para pesquisa nas instituições, foi aberto um processo na Plataforma Brasil para análise e parecer dos Comitês de Ética e Pesquisa (CEP) do Colégio Pedro II e do IFRJ, conforme explicitado na seção 3.4 (Procedimentos e Coleta de dados) deste trabalho. Após a coleta de dados, foram selecionadas as informações que passaram a

compor o produto educacional, e iniciada produção do mesmo, conforme detalhado na respectiva seção do presente trabalho.

3.2 Participantes e lócus da pesquisa

O desenvolvimento do estudo teve como foco o *campus* São Gonçalo do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e a forma como a comunidade educacional tanto interna como externa percebe o processo de divulgação dos meios de ingresso na instituição, assim como o conhecimento que as mesmas possuem sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no respectivo *campus*.

Os participantes da pesquisa foram divididos em grupos, um deles com relação direta com o Instituto e outro como público externo, de modo que as questões levantadas para todos estão relacionadas a forma como conheceram o *campus* e os respectivos processos para ingresso dos alunos na instituição e os cursos ofertados. Os participantes da pesquisa possuem diferentes graus de relação com a instituição, mesmo que indiretamente, como é o caso do público externo, o que pode possibilitou uma visão mais ampla da forma como a instituição é vista pelos diferentes atores e seu grau de conhecimento sobre a instituição, como docentes do próprio *campus* e de fora dele, sendo este último o foco para a construção do produto educacional.

Os docentes do IFRJ, *campus* São Gonçalo, foram inseridos na pesquisa como maneira de avaliar a visão de parte da comunidade interna sobre os processos de divulgação do trabalho desenvolvido no *campus*, assim como a percepção dos mesmos sobre a relação do *campus* com a comunidade externa, visto que estes docentes, em contato direto com os estudantes, são receptores de diferentes visões dos alunos sobre a instituição, visto que o ingresso ocorre apenas no ensino médio e, portanto, estes trazem uma experiência externa que pode se refletir na sala de aula e na relações com os professores.

O outro grupo é composto de pessoas da comunidade externa, neste grupo estão os docentes que lecionam para turmas do último ano do ensino fundamental de duas escolas públicas do município de Itaboraí com maior proximidade geográfica e de acesso ao *campus* do IFRJ.

A escolha destes participantes possui como objetivo a coleta de informações que possam subsidiar a construção do produto educacional, de modo que este possa ser capaz de informar

e/ou ampliar o conhecimento dos docentes sobre o *campus* do Instituto, e torná-los possíveis transmissores, junto aos estudantes da rede pública, de informações acerca dos cursos ofertados e do seu processo de ingresso.

Com os questionários, também foram levantados os dados censitários dos docentes, como idade, formação, sexo e tempo de experiência. Os formulários foram enviados aos docentes do último ano do ensino fundamental de duas escolas da rede municipal de Itaboraí que possuem maior proximidade com o *campus* do Instituto Federal em São Gonçalo, e com maior acessibilidade através de transporte público.

Levando em consideração os critérios citados acima, foram escolhidas as seguintes escolas da rede municipal de ensino de Itaboraí: CIEP Municipalizado Joaquim Pedro de Andrade, localizado no bairro Apolo II, próximo à rodovia Br-101 e no limite entre os municípios; e a Escola Municipal Padre Hugo Montedônio Rego, localizada no bairro Retiro São Joaquim, também nas proximidades da rodovia citada, e que liga as referidas escolas da rede municipal ao *campus* São Gonçalo do IFRJ. Para realização desta pesquisa foram colhidas as autorizações escritas dos respectivos gestores máximos das duas escolas envolvidas.

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

O estudo foi apresentado aos participantes através de mensagem digital (e-mail), com informações sobre a pesquisa, considerando que as atividades presenciais estavam suspensas e as aulas ocorrendo de maneira remota. Também foi apresentado aos participantes da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE), conforme anexo I. Os dados foram coletados através de formulários digitais através da plataforma *google forms*. Todos os dados foram coletados após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Rio de Janeiro, registrado respectivamente na plataforma Brasil sob números: 50179621.9.3001.5268 e 50179621.9.0000.9047.

Com relação a coleta de dados, foram formuladas dez questões sobre aspectos gerais do *campus* do IFRJ em São Gonçalo, como cursos oferecidos e formas de ingresso dos estudantes, de modo que as informações apontadas pudessem indicar os aspectos menos conhecidos pelos respondentes e quais poderiam ser mais relevantes na construção do produto educacional.

Os dados estão apresentados através de gráficos com as respostas dos dois grupos, e a

análise leva em consideração o envolvimento de cada grupo com a instituição, assim como as peculiaridades na relação dos mesmos dentro do respectivo grupo, no caso dos docentes do IFRJ a aspectos como o ano em que atuam e o tempo de trabalho na instituição podem influenciar nas respostas, e no caso dos professores da rede pública de Itaboraí, a realidade de cada unidade escolar em que o docente atua, como a localização da escola e vivência de cada um (nível de formação, tempo de experiência na rede, dentre outros que possam surgir).

Para os docentes das escolas públicas municipais de Itaboraí foram apresentadas, através de formulário digital, questões objetivas relacionadas ao *campus* São Gonçalo do IFRJ, de acordo com o apêndice I. Para os docentes do IFRJ foram elaboradas as questões apresentadas no apêndice II.

Outro meio para coleta de informações para a pesquisa foi a entrevista focalizada, neste modelo, de acordo com Gil (1999, p.20): “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Ao entrevistado, professor PC, ex-diretor e professor do *campus* São Gonçalo, foram apresentadas as questões presentes no apêndice III, e a entrevista foi iniciada com a apresentação do pesquisador e dos objetivos do presente estudo, além das informações referentes a aprovação junto ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) das instituições envolvidas.

Foi solicitado ao entrevistado a autorização para gravação e uso dos dados apenas pelo pesquisador para fins do estudo apresentado, com expressa concordância do mesmo, inclusive em relação à utilização do seu nome e demais informações referentes à sua atuação no *campus* São Gonçalo do IFRJ.

4. ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

De acordo com o exposto na seção de metodologia deste trabalho, a presente pesquisa foi composta pela realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionários via *google forms* aplicados aos participantes. Os instrumentos de coleta de dados foram utilizados na etapa anterior a construção do produto educacional, e, posteriormente, o produto foi apresentado aos participantes com a finalidade de validação do mesmo.

Para formulação do conteúdo do produto educacional, realizou-se inicialmente o levantamento de informações através de uma entrevista semiestruturada, que teve como

participante o Ex-diretor geral do *campus* São Gonçalo do IFRJ e professor do campus, professor PC₂ que participou do processo de implantação do campus.

Além da entrevista, foram coletados dados junto aos docentes de duas escolas da rede municipal de Itaboraí, conforme apêndice I e II e demais passos descritos na seção sobre a metodologia deste estudo. Os resultados foram são apresentados em formato de gráficos para título de análise e discussão nas próximas páginas desta seção.

4.1 Entrevista com Ex-Diretor e professor do *campus* São Gonçalo do IFRJ

A entrevista foi realizada de forma focalizada, conforme consta na metodologia, onde foram colhidos dados sobre a experiência do entrevistado na instituição, assim como sua percepção sobre a relação do *campus* do IFRJ em São Gonçalo com a comunidade externa do leste metropolitano do Rio de Janeiro, em especial com o município de Itaboraí.

O docente entrevistado, professor PC, demonstrou na sua apresentação uma longa trajetória dentro do Instituto Federal do Rio de Janeiro, antes mesmo da instituição possuir a atual nomenclatura, conforme o entrevistado relata abaixo:

“Eu possuo 30 anos de matrícula no IFRJ, aí você imagina que eu tenho experiência de tudo, só não fui reitor. Eu já me candidatei, não ganhei e entendo a escolha da comunidade. Estou prestes a me aposentar e o meu foco é outro hoje. Respondendo a sua pergunta: sou professor do IFRJ, antes mesmo dele ser instituto, eu entrei na época que ele se chamava ainda Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro, depois foi transformado no CEFET QUÍMICA, e finalmente no Instituto Federal do Rio de Janeiro.”

Como é possível depreender do relato do entrevistado sobre sua experiência na instituição, o mesmo parece conhecer profundamente a história do instituto e possuir uma relação até afetiva com o mesmo, conforme foi constatado em falas posteriores.

O envolvimento pessoal do professor PC, apresentada na entrevista, nos traz informações para reflexão além da relação do *campus* São Gonçalo com a comunidade externa, mas também sobre as próprias instituições intuições federais de ensino com as demais escolas públicas de esfera municipal e estadual, o que confirma a hipótese levantada nesta pesquisa quanto ao aparente desconhecimento da comunidade escolar de parte do leste metropolitano sobre diversos aspectos do IFRJ, e que serão analisadas no parágrafos seguintes de acordo com as falas apresentados pelo entrevistado.

Diversas informações foram trazidas pelo professor PC com base em suas vivências no

campus São Gonçalo e no IFRJ, que vão desde constatações dentro de sala de aula sobre o conhecimento dos alunos ingressantes sobre o Instituto, até visitas do docente a escolas públicas estaduais no município onde o campus está localizado. Em praticamente todas as falas do professor podemos constatar o desconhecimento da comunidade sobre o que é o Instituto Federal e o que ele oferece no leste metropolitano.

Os argumentos apresentados pelo professor para demonstrar a distância em relação as atividades desenvolvidas no Instituto com a comunidade escolar externa só são interrompidas nos exemplos que o mesmo apresenta em relação as atividades de extensão, que mostram a aproximação do campus com o entorno do Instituto, demonstrando assim a importância destas atividades na aproximação entre o campus e a comunidade local.

Ao ser perguntado sobre como vê a relação do campus com as escolas públicas do leste metropolitano, e em especial do município de Itaboraí, o professor PC destaca a política de cotas para mostrar que grande parte dos estudantes que ingressam são do leste metropolitano, destacando a cidade de São Gonçalo e demais municípios do entorno, conforme fala abaixo:

“Nós temos, o IFRJ tem, institucionalmente reserva de vagas, cota, para alunos oriundos da rede pública, principalmente municipal. Então nós temos, se não me falha a memória, 50% das nossas vagas são destinadas a rede municipal e obviamente como estamos próximos a Itaboraí, estamos em São Gonçalo, mas participamos daquele entorno ali, nós temos muitos alunos que são oriundos daquela região – Itaboraí, São Gonçalo, Maricá é... Tanguá, Rio Bonito, então nós temos muitos alunos que são dessa região.”

Esta percepção do professor PC parece criar uma relação direta entre o sistema de cotas e a ocupação das vagas por estudantes do entorno, o que parece chamar a atenção para a importância da reserva de vagas para que alunos da rede municipal, destacada por ele, no acesso desses estudantes ao IFRJ.

Quanto a percepção dos estudantes ingressantes no IFRJ sobre diversos aspectos da instituição, como os cursos e seus níveis e modalidades, além de informações específicas de área de conhecimento do respectivo curso e suas finalidades, o professor PC diz que:

“O nosso alunado tem uma característica muito interessante, que inclusive isso é uma discussão muito grande que nós temos não só no campus São Gonçalo, mas em quase todos os campi. A questão do nosso aluno ter um desconhecimento pleno do que se trata um curso técnico, do que é um curso técnico, no caso de química, então eu sei disso porque eu dei aula muitos anos...”

O desconhecimento dos alunos sobre os cursos é visto como plena, conforme fala do entrevistado, o que demonstra a necessidade de um trabalho que possa levar as informações

sobre os cursos antes do ingresso dos estudantes na instituição, de modo que isso possa, inclusive, refletir na decisão deles na hora de optar por determinada área do conhecimento, evitando assim, possíveis frustrações após ingresso no curso e conseqüentemente desistências, que podem impactar nos dados de evasão.

Ainda sobre esse desconhecimento dos estudantes sobre os cursos, o professor PC também mostra como isso impacta no seu trabalho, onde uma das primeiras atividades que ele realiza com os alunos e no sentido de sanar essa lacuna sobre a falta de conhecimento do estudante ingressante sobre o curso, conforme ele descreve abaixo:

“Tanto é que uma das minhas atividades primeiras, no primeiro período de química, é passar um trabalho sobre o que é química e o que faz um técnico em química. Porque a maioria chega com um desconhecimento completo. Então, isso é um problema das escolas técnicas, não é do IFRJ.”

Também foi perguntado ao entrevistado se ele possui conhecimento de projetos que possam corroborar com a veiculação da informação sobre os cursos do IFRJ e sua forma de ingresso para a comunidade externa. Sobre esta questão, o professor PC sinaliza que existiam projetos quando ele estava na gestão e que eram realizadas visitas as escolas do município de São Gonçalo para divulgação do *campus* do Instituto, inclusive com a participação direta dele.

O professor PC ainda descreve os objetivos do projeto das visitas as escolas públicas de São Gonçalo dizendo que *“esse projeto que foi desenvolvido era justamente para tentar sensibilizar um grupo de professores e as escolas públicas, principalmente pública, porque não, não temos, dizer que não temos é forte, mas dizer que nosso interesse e foco maior é um aluno de uma escola pública: é! Isso é fato.”* O que deixa clara a preocupação dele como gestor à época de tentar aproximar a comunidade local do *campus* do instituto.

Quando questionado sobre os aspectos que ele considera pouco conhecido ou desconhecido pelos estudantes sobre o IFRJ e o seu respectivo processo de ingresso, o professor enumera não só características do processo seletivo e informações sobre os cursos, como também aqueles ligados aos direitos dos estudantes, como transporte gratuito através do passe estudantil, “riocard”, e outros ligados a assistência estudantil oferecidos pela instituição. Ao responder sobre a questão o professor PC retoma falas anteriores reforçando o desconhecimento dos estudantes sobre a existência do Instituto Federal e outras escolas federais.

Também foi perguntado ao entrevistado como ele avalia o grau de conhecimento dos docentes da rede pública de ensino sobre os cursos ofertados no *campus* São Gonçalo do IFRJ e

o papel deles como multiplicadores da informação sobre o instituto junto aos estudantes. A avaliação do professor PC foi bem elucidativa partindo de um exemplo prático na experiência dele enquanto visita escolas da região, conforme relato do mesmo:

“Lamentavelmente eu acho que é baixo, inclusive muitas vezes eu fui fazer essas palestras, essa aproximação, e muitas vezes o diretor ou o professor ficava assim: ah você então é professor da FAETEC né? Eu dizia não, não sou da FAETEC, e eles diziam, ah mas você não é de curso técnico? Eu respondia: sou, mas sou da rede federal, e não da rede estadual. E eles respondiam: mas não é tudo a mesma coisa? Ou seja, existem um desconhecimento, inclusive de professores na distinção da rede estadual e da rede federal, isso é uma coisa que infelizmente acontece também, então eu acho... eu associao essa nossa baixa adesão (de alunos) também a um desconhecimento por parte dos professores. O professor não sabe que existe, ou acha que é da FAETEC mesmo, faz uma certa confusão, e com isso acaba não estimulando os alunos como deveria, porque se ele estimulasse os alunos do nono ano principalmente, falando dos benefícios que tem, da qualidade do ensino, seria muito melhor, mas eu entendo. “

Neste relato de experiência o entrevistado traz um caso de desconhecimento para além dos docentes da rede pública, mas também da equipe de gestão da escola, como a direção citada por ele no trecho acima. Também chama a atenção o fato da confusão gerada pelos membros da escola por ele visitada sobre a rede federal e estadual na oferta de cursos técnicos. Aqui, cabe ressaltar que, no leste metropolitano do Rio de Janeiro, a referência de cursos técnicos públicos de nível médio parece que sempre esteve associada a oferta pelo poder público estadual, através da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), através, principalmente, da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, localizada no bairro Barreto, em Niterói, no limite com o município de São Gonçalo.

Portanto, no imaginário dos educadores da região, em especial os menos atualizados sobre as políticas de educação profissional e tecnológica, a rede federal ainda não se faz presente com esta modalidade de ensino na região, visto que esse relato mostra ainda a forte associação do ensino técnico a esfera estadual através de instituições mais antigas.

Esse relato do professor amplia a visão defendida neste estudo da necessidade de implantação de ações que possam ampliar o conhecimento de toda a comunidade escolar pública do leste metropolitano sobre as instituições federais que foram instaladas na região durante o processo de expansão da rede federal, que inclui não só o *campus* do IFRJ em São Gonçalo, como também a presença de outros campi de instituições federais na região.

Dando continuidade e analisando o caso do desconhecimento de um diretor sobre o IFRJ, o professor PC complementa sua visão acrescentando que, para ele, a situação tende a ser pior

quanto mais para o “interior”, conforme trecho da entrevista a seguir: *“Isso foi a fala de um diretor que normalmente tem um conhecimento maior das redes, mas isso infelizmente acontece. E quanto mais pro interior você vai--- São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito... quanto mais pro interior, maior o desconhecimento.”*

Neste trecho, o professor cita o Município de Itaboraí como uma área mais para o “interior”, fazendo referência a distância do *campus* do IFRJ, mas que ampliaremos neste estudo para as áreas de acesso mais precário de infraestrutura, que inclui o acesso físico via estradas, e também a serviços básicos que deveriam ser oferecidos pelo estado, considerando que dentro dos municípios citados existem áreas rurais de acesso mais difícil não só a *campus* do IFRJ, como as principais rodovias da região.

No caso da rede municipal de Itaboraí, a presente pesquisa contemplou apenas áreas urbanas do município, com fácil acesso ao *campus* do IFRJ em São Gonçalo, não só pela proximidade física comparada a outras áreas de Itaboraí, como também pela disponibilidade de linhas urbanas rodoviárias que atende o trecho entre as escolas e o *campus*. Mas a preocupação trazida pelo professor traz a reflexão sobre o quanto a informação sobre o Instituto, e a rede federal, pode estar mais comprometida em áreas mais afastadas e de acesso mais difícil, como as áreas rurais do município de Itaboraí e municípios vizinhos, como Tanguá e Rio Bonito, não contempladas neste estudo.

Quando questionado sobre estratégias de divulgação do *campus*, o professor PC disse acreditar que hoje o meio de divulgação mais eficaz ainda é o “boca a boca” e também através das redes sociais e grupos de trocas de mensagens:

“tem a divulgação boca a boca que é a mais eficiente, porque você colocar em um jornal (...) que existem sei lá 150 vagas de ensino médio para o IFRJ campus São Gonçalo, e você faz uma divulgação que é o que a maioria de nós professores fazemos com a nossas redes de contato, que são as redes sociais, a gente faz essa divulgação, eu mesmo coloco muito no grupo de família, vizinhos, eu sempre estou fazendo isso e meus colegas também. Essa é a forma mais eficaz. Não é a mais eficiente, mas a mais eficaz.”

Pode-se depreender da fala acima que o compartilhamento de informações de maneira digital, associado a possibilidade dos que recebem o material compartilhar a informação, ainda é na visão do entrevistado a forma que consegue atingir maior resultado, não sendo do conhecimento do professor nenhuma outra forma de divulgação atualmente, como visitas as escolas ou projeto similar. Outro aspecto importante nesta fala é a referência a determinado veículo de comunicação como exemplo para material de compartilhamento sobre o IFRJ nos

grupos sociais, pois o entrevistado cita as barreiras legais para que o próprio IFRJ ou outra instituição pública faça qualquer tipo de divulgação dos seus processos seletivos, como outdoors ou outros meios de propaganda, conforme ele relata abaixo:

“Infelizmente nós temos uma restrição de não poder fazer uma divulgação maciça, por exemplo em outdoor, colocar no outdoor que vai ter concurso para o IFRJ porque isso daí tem restrição legal, a gente não pode fazer. Tanto é que você nunca deve ter visto um outdoor falando de concurso público, não só para os institutos federais como para as próprias universidades federais, você não tem isso porque existe uma restrição legal sobre essa questão.”

Isso parece tornar as matérias de jornal especializado em processos seletivos ou jornal local, um meio para atingir a divulgação das vagas em redes sociais digitais. Ao complementar a questão sobre a divulgação, o professor ressalta logo em seguida que: *“no entanto, eu acho que a gente deveria instituir mais parcerias com a rede pública. E principalmente, não com os gestores, mas principalmente com os professores, porque são os professores que estão na ponta, que estão em contato direto com os alunos”*, este trecho, associado a experiência que o entrevistado relata sobre o desconhecimento da comunidade escolar externa sobre o IFRJ, já citado nesta seção do presente estudo, indica claramente a importância de meios que possam tornar os docentes da rede pública multiplicadores da informação sobre o IFRJ junto aos estudantes.

Considerando que a lei 11.892 de 2008, em seu artigo sexto, trata das finalidades e características dos IF's, e diz que estes devem “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica”, e de acordo o manual de extensão do IFRJ, que trata das competências da Pró-Reitoria de Extensão, que dentre outras possui a de: “II - estimular a triangulação entre Extensão, Ensino e Pesquisa no âmbito dos interesses e das necessidades da sociedade”, o entrevistado foi questionado sobre o conhecimento que ele possui acerca de projetos de extensão no *campus* São Gonçalo, e como resposta a esta questão, o entrevistado cita os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC):

“temos diversos cursos de extensão, os cursos FIC que são extremamente importantes, nós temos por exemplo agora, o curso de cuidador de idosos, que é um curso extremamente importante, então são cursos curtos que tem um alcance muito grande, só que eles não geram matrículas efetivas para o Instituto, mas nós temos diversos cursos de extensão assim que tem sido muito bem aceito. E novamente, é muito mais uma divulgação boca a boca, do que algo mais efetivo”.

O autor desta pesquisa também buscou saber do entrevistado quais aspectos do *campus* São Gonçalo ele considera mais importantes para as escolas públicas, e em ordem de

apresentação do entrevistado foram citados os seguintes: localização/proximidade, tamanho e estrutura do *campus*, assistência estudantil e qualidade do ensino.

Quanto à proximidade, o entrevistado destaca o fato de o IFRJ ser a única instituição federal no município de São Gonçalo a ofertar cursos técnicos, e o fato de não existir nenhuma no município vizinho de Itaboraí. Sobre o tamanho do *campus*, o mesmo cita a expansão através de mais prédio localizado ao lado. Em relação a assistência estudantil, o mesmo destaca que é importante, mas que ainda precisam de uma “bandejão”, e ao citar a qualidade do ensino deixa claro o seu orgulho em considerar o IFRJ uma instituição pública, gratuita e de qualidade, citando o fato dos filhos terem estudado no instituto e também em universidades públicas.

Por último, o entrevistado foi perguntado sobre os aspectos da assistência estudantil que os estudantes desconhecem ao ingressar no Instituto e também em relação aos entraves que o edital pode apresentar para a participação dos estudantes no processo seletivo.

No que concerne a assistência estudantil, o professor PC relata a sua experiência com estudantes em vulnerabilidade social, citando casos em que identificou estudantes que chegam à escola com fome, e destaca a importância das bolsas de auxílio como uma medida que pode amenizar a situação. Já em relação ao edital do processo seletivo, o entrevistado comentou a necessidade e rever as regras da reserva de vagas, pois de acordo com ele, os bolsistas integrais de escolas privadas não teriam direito a concorrer e isso seria injusto.

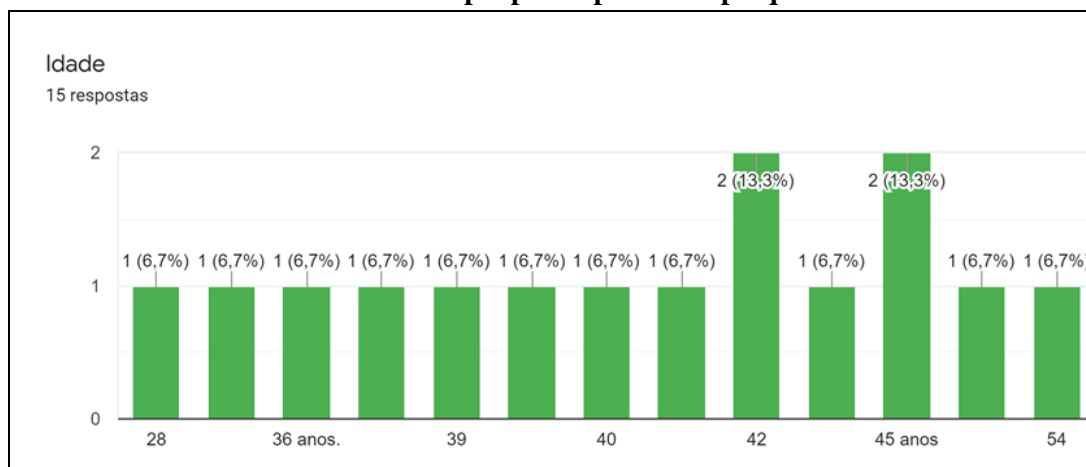
4.2. Análise dos dados pessoais dos docentes das escolas da rede municipal de Itaboraí

O objetivo desta seção é apresentar o perfil dos professores do nono ano do ensino fundamental das escolas duas escolas da rede municipal de ensino do município de Itaboraí envolvidas na pesquisa e apresentadas na seção referente à Metodologia, bem como avaliar o conhecimento destes docentes sobre o *campus* São Gonçalo do IFRJ.

O perfil dos professores foi realizado através da obtenção das seguintes informações: idade, sexo, formação, tempo de atuação na rede municipal de ensino e o tipo de vínculo. Observamos na Figura 4, que os professores apresentam idade superior a 28 anos, com prevalência da idade acima dos 36 anos (86,6%). Além disso, 60% são do sexo masculino e 40% do sexo feminino (Figura 5).

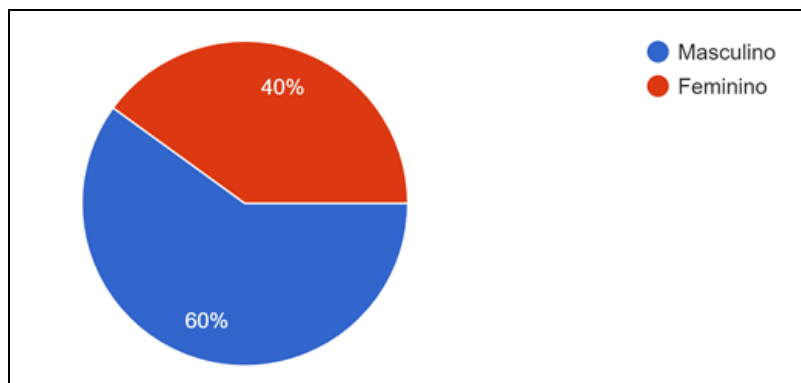
Esse resultado indica um perfil diferente do que é apresentado por André (2002). A autora reflete sobre a identidade e a profissionalização do professor, fornecendo elementos para pensar sobre a discrepância entre o número de mulheres e homens envolvidos no magistério. Em grande parte das escolas, há uma presença predominante de mulheres na profissão docente, provavelmente decorrente da ampliação do atendimento escolar, como também da procura dos homens por novas profissões que ofereciam melhores salários, quando do início da industrialização no país.

Figura 4 – Faixa etária apresentada pelos professores do 9º do ensino fundamental das duas escolas da rede municipal participantes da pesquisa



Fonte: O autor

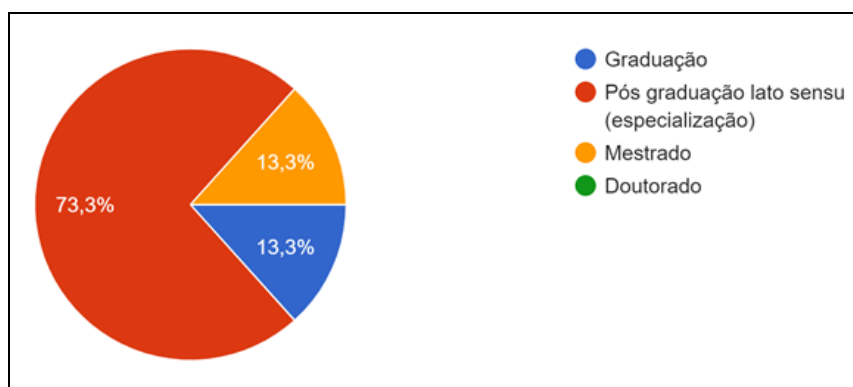
Figura 5 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas em relação as características relacionadas ao sexo.



Fonte: O autor

Na Figura 6, são apresentados os resultados a respeito da realização de cursos de pós-graduação especialização, mestrado ou doutorado dos professores entrevistados. Observamos que grande parte dos docentes, isto é, 73,3% apresentam o curso de pós-graduação a nível especialização como máxima formação, 13,3% não realizaram nenhum curso de pós-graduação e, apenas dois docentes (13,3%), possuem o título de mestre.

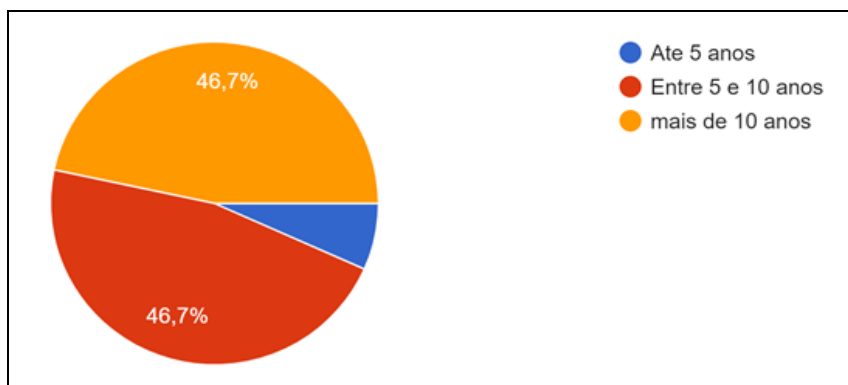
Figura 6 – Porcentagem das respostas apresentados pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas em relação a sua formação no ensino superior e pós-graduação.



Fonte: O autor

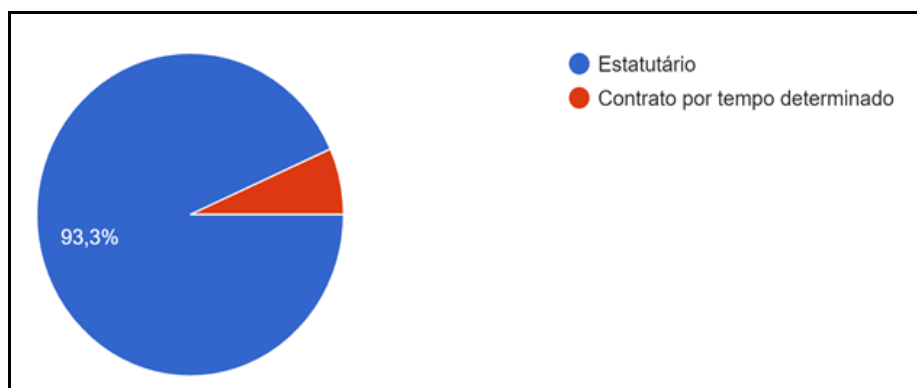
Nas Figuras 7 e 8 são apresentados os dados relativos ao tempo que o docente atua na rede municipal e o tipo de vínculo, onde 93,4% dos docentes apresentam vínculo estatutário, isto é, são concursados efetivos e com mais de cinco anos de atividade docente na rede municipal de educação. Neste cenário, apenas um docente é de contrato por tempo determinado e possui experiência menor do que cinco anos na rede.

Figura 7 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas em relação ao tempo de atuação na rede municipal de ensino.



Fonte: O autor

Figura 8 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas, em relação ao seu vínculo com serviço público.



Fonte: O autor

4.3 Análise das respostas dos docentes de Itaboraí ao questionário sobre o IFRJ

Em relação a percepção que os professores possuem sobre o Instituto Federal, 80% dos professores sabem que existe o *campus* localizado na cidade São Gonçalo (Figura 9). Entretanto, 40% destes não souberam dizer onde ele fica localizado e nem como acessá-lo partindo da escola onde atua. (Figura 10).

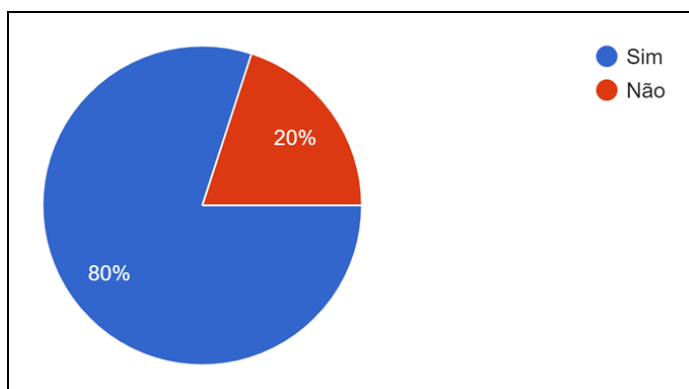
Esses dados indicam o pouco conhecimento destes sobre o *campus*, o que parece preocupante, visto que o professor do último ano do ensino fundamental muitas vezes é o primeiro a receber dúvidas dos estudantes sobre possibilidades de formação e acesso ao ensino médio. Com isso, o *campus* do IFRJ no leste metropolitano acaba não aparecendo como de

conhecimento suficiente para um docente orientar os estudantes e ser um multiplicador de informações básicas sobre o *campus*, uma vez que o acesso físico dos estudantes ao local onde deseja estudar engloba aspectos como número de conduções que o este necessita e o tempo de duração da viagem, que em alguns casos, dependendo dessas variáveis, pode ser uma barreira para os adolescentes.

Ainda sobre esta questão, é fundamental destacar que o acesso via transporte público das escolas municipais onde foram coletados os dados, assim como de grande parte do município de Itaboraí à cidade de São Gonçalo, não parece uniforme, visto que os ônibus intermunicipais que ligam essas escolas têm como principal destino o município de Niterói (via Br-101), e também o bairro de Alcântara em São Gonçalo (via RJ-104), portanto, deixando estas escolas sem acesso direto, ou seja, com apenas uma condução rodoviária, de grande parte do município de São Gonçalo. Por isso, o conhecimento de como acessar o *campus* do IFRJ partindo dessas escolas pode constituir um fator importante na decisão dos estudantes.

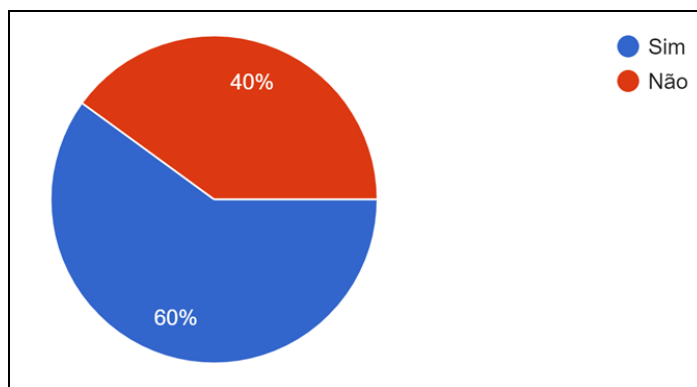
Dessa forma, a proposta apresentada neste estudo confirma a necessidade de ações que possam aumentar o conhecimento desses docentes, para que estes possam contribuir para a divulgação do IFRJ na região, e conseqüentemente apresentar mais uma opção de ensino médio para os estudantes da rede.

Figura 9 – Porcentagem do conhecimento do *campus* São Gonçalo, apresentado pelos professores do 9º do ensino fundamental das escolas pesquisadas.



Fonte: O autor

Figura 10 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre a localização e como chegar ao *campus* São Gonçalo do IFRJ



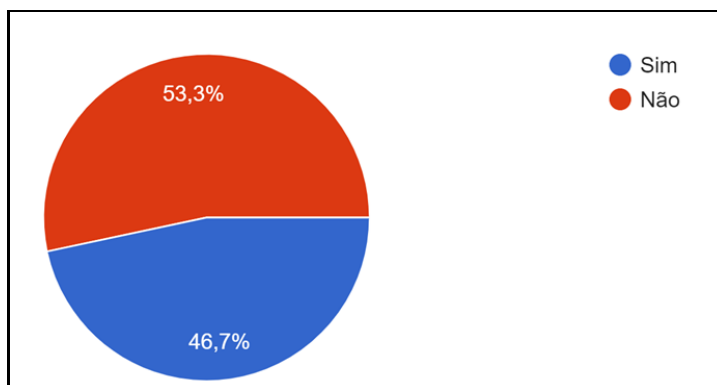
Fonte: O autor

Nas Figuras 11 e 12, foi possível observar que grande parte dos professores (53,3%) do 9º ano do ensino fundamental das escolas pesquisadas desconhecem tanto os cursos técnicos ofertados pelo IFRJ, quanto as suas modalidades de oferta. Dado significativo se levarmos em consideração que os mesmos podem ser os primeiros a receber dúvidas dos estudantes que porventura estejam interessados no processo seletivo para a instituição e que não possuam tal informação.

Além disso, é de se espantar que uma instituição pertencente a uma rede federal que está presente em todo território nacional, com quatro integrantes da estrutura no estado do Rio de Janeiro (Colégio Pedro II, IFRJ, Instituto Federal Fluminense (IFF) e Centro Federal de Educação Tecnologia Celso Suckow da Fonseca - Cefet-RJ), sendo dois deles com a nome de Institutos Federais, ainda sejam tão desconhecidos dos profissionais da educação tanto aos cursos ofertados como as suas diferentes modalidades e possibilidades de formação.

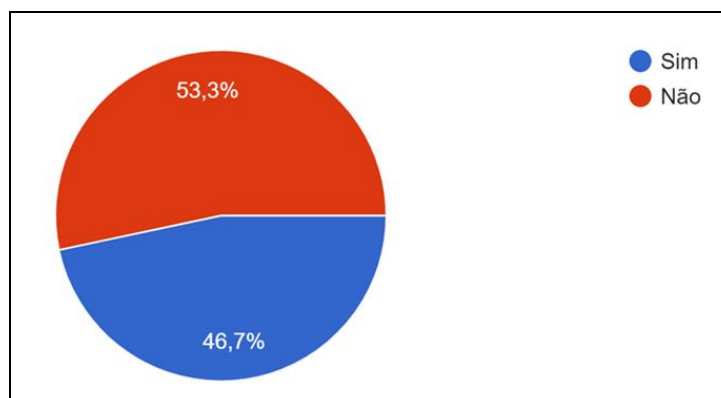
A realidade apresentada com esses dados, aponta para o aparente abismo entre o conhecimento dos profissionais docentes da rede municipal que participaram do presente estudo e a política de educação da rede federal de ensino técnico e tecnológico, que apesar da expansão por diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, ainda demonstra estar tão distante das escolas públicas de regiões tão próximas aos seus campi, como é o caso da região abrangida no presente estudo.

Figura 11 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento dos cursos técnicos ofertado pelo IFRJ.



Fonte: O autor

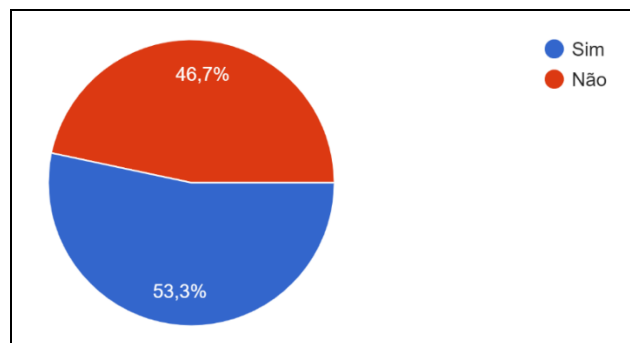
Figura 12 – Porcentagem das respostas apresenta pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre os tipos e modalidades de cursos ofertados pelo Instituto IFRJ



Fonte: O autor

A partir da Figura 13, é possível concluir que, associado ao desconhecimento dos docentes em relação aos cursos ofertados pelo IFRJ, quase metade dos professores (46,7%) não sabem a diferença entre um curso técnico integrado e um subsequente/concomitante. Pensando nos docentes do nono ano, como referência para os estudantes, essa informação pode impactar no fato deles serem os primeiros com os quais os alunos do último ano do fundamental estão em contato diário no ambiente escolar, e por isso possam vir a buscar a informação junto a esses profissionais.

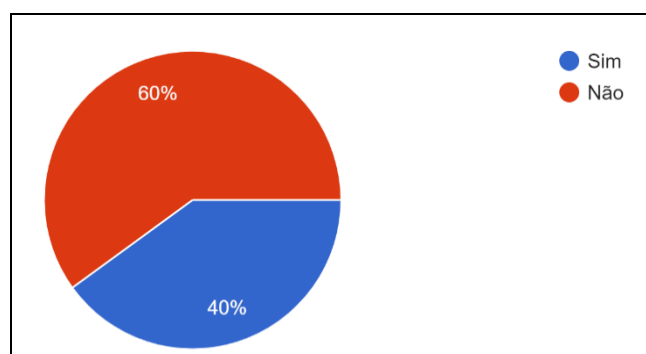
Figura 13 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre a diferença entre um curso técnico integrado e curso subsequente/concomitante.



Fonte: O autor

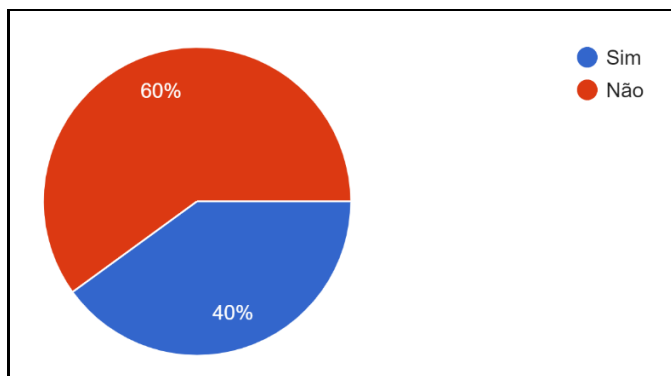
No que tange ao conhecimento dos docentes sobre o processo seletivo para ingresso no IFRJ (Figura 14), e ao sistema de reserva de vagas, política de cotas, instituída pela lei nº 12.711/2012, (Figura 15), mais da metade dos participantes declarou não conhecer (60%).

Figura 14 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento em relação ao processo seletivo para ingresso no IFRJ



Fonte: O autor

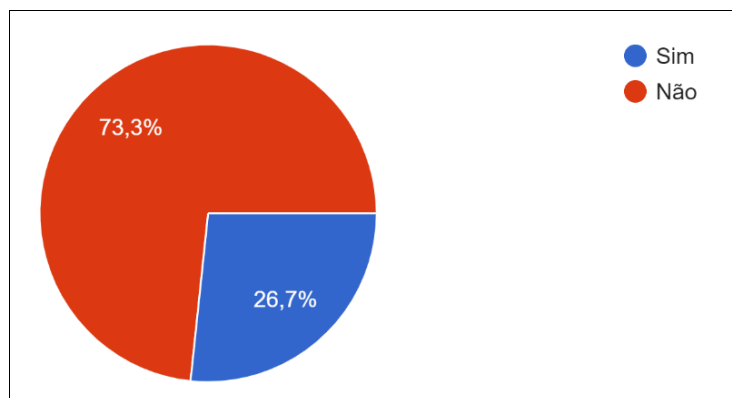
Figura 15 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento em relação a políticas de cotas para ingresso no IFRJ



Fonte: O autor

De acordo com as respostas apresentadas anteriormente, era de se esperar que os professores não tivessem conhecimento de alguma medida de divulgação das informações sobre o *campus*. Com isso, observamos na Figura 16 que, 73,3% dos professores indicaram que não tem conhecimento sobre alguma meio de divulgação das informações sobre o *campus* São Gonçalo do IFRJ.

Figura 16 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento de alguma medida de divulgação das informações sobre o *campus* São Gonçalo do IFRJ.



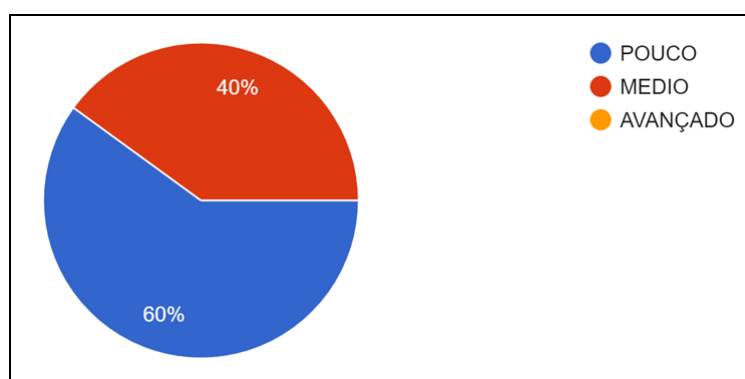
Fonte: O autor

Nas Figuras 17 e 18, observamos que grande parte dos professores (60,0%) conhecem pouco o Instituto e o seu respectivo processo seletivo, e 100% do professores do nono do ensino

fundamental das escolas pesquisadas não possuem conhecimento de alguma ação de divulgação do Instituto nas unidades escolares onde trabalham.

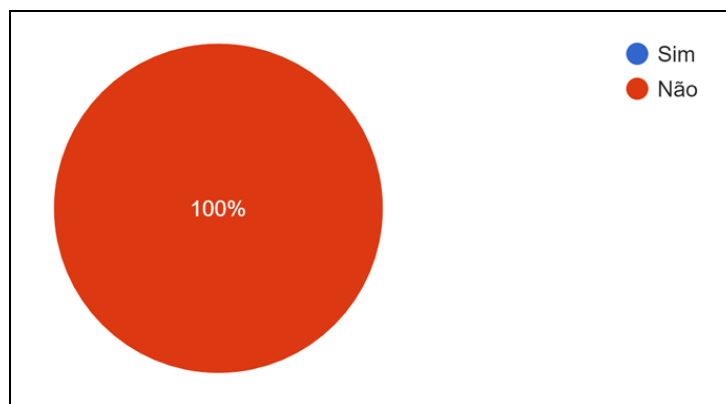
No caso específico do município de Itaboraí, caso exista algum projeto de divulgação do *campus* na rede municipal, este não tem atingido os docentes das escolas pesquisadas, o que não significa que não haja parceria do Instituto com escolas da rede, apesar dos dados coletados tanto na entrevista com um docente do *campus*, quanto junto aos docentes dessas escolas, estrategicamente localizadas em acesso mais fácil ao instituto, não terem identificado ações deste tipo junto as unidades escolares e/ou aos seus docentes.

Figura 17 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento do IFRJ e o seu processo seletivo



Fonte: O autor

Figura 18 – Porcentagem das respostas apresentadas pelos professores do 9º do ensino fundamental sobre o conhecimento de alguma divulgação do Instituto nas escolas pesquisadas.



Fonte: O autor

Diante dos dados apresentados nesta seção, foi possível confirmar a hipótese levantada inicialmente nesta pesquisa, sobre o acesso precário que a comunidade de escolas da rede municipal de Itaboraí possui sobre as possibilidades de formação, atividades desenvolvidas e formas de ingresso aos cursos oferecidos no *campus* São Gonçalo do IFRJ.

De acordo com o site oficial da prefeitura do município de Itaboraí, portal de Matrículas para o ano de 2022, existiam trinta escolas com oferta de vagas para o segundo segmento do ensino fundamental (6^a ao 9^o ano) na rede municipal de ensino, dentre elas, as duas escolas onde foi realizada a presente pesquisa, e que estão localizadas nos distritos de Itaboraí (centro/sede) e a outra no distrito de Manilha, as duas com fácil acesso, via BR-101, ao *campus* São Gonçalo do IFRJ, comparado às demais áreas do município.

Diante do exposto acima, pode-se supor que a precariedade da informação não esteja reduzida apenas as escolas pesquisadas, visto que dentre as demais escolas muitas estão localizadas mais distante da principal via de acesso ao IFRJ, e algumas em áreas rurais do município, onde a infraestrutura aparenta ser mais precária podendo dificultar o acesso tanto físico quanto de informação.

Portanto, o desenvolvimento de ações no sentido de aumentar o conhecimento da comunidade escolar, em especial junto aos docentes dos últimos anos do ensino fundamental, considerados aqui como possíveis multiplicadores da informação, tornam-se fundamentais na tentativa de sanar a precariedade do conhecimento sobre o Instituto que chega até as escolas públicas do município de Itaboraí.

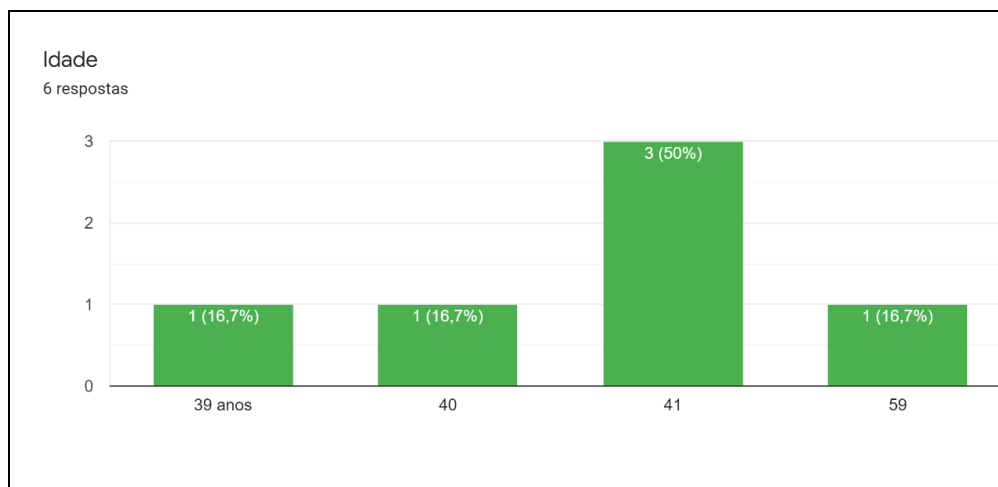
4.4 Análise dos dados pessoais dos docentes do IFRJ – *campus* São Gonçalo

Com o objetivo de conhecer melhor as características dos participantes da pesquisa e sua relação com o *campus*, nesta seção serão apresentados os dados pessoais dos docentes que participaram da pesquisa respondendo o questionário presente no apêndice II. Ao todo seis docentes do *campus* São Gonçalo responderam ao questionário, cujos dados pessoais são apresentados nos gráficos a seguir.

Antes da análise em si dos dados, destaca-se aqui a pouca participação dos docentes na pesquisa, apesar das medidas de divulgação do questionário por meio digital e por ferramenta de grande acesso durante o período de ensino remoto. Portanto, a análise aqui apresentada pode não corresponder ao universo representativo dos docentes do *campus*, mas sim do grupo que se dispôs a contribuir com a pesquisa respondendo ao questionário. Fato este que leva o pesquisador a reflexão sobre a pouca disponibilidade da comunidade que pode indicar também baixo interesse sobre o tema, mas esta análise envolveria diversos aspectos que por questão de tempo e momento oportuno, não puderam ser avaliados na presente pesquisa, considerando que a mesma foi desenvolvida em grande parte durante o período de isolamento social decorrente de uma pandemia.

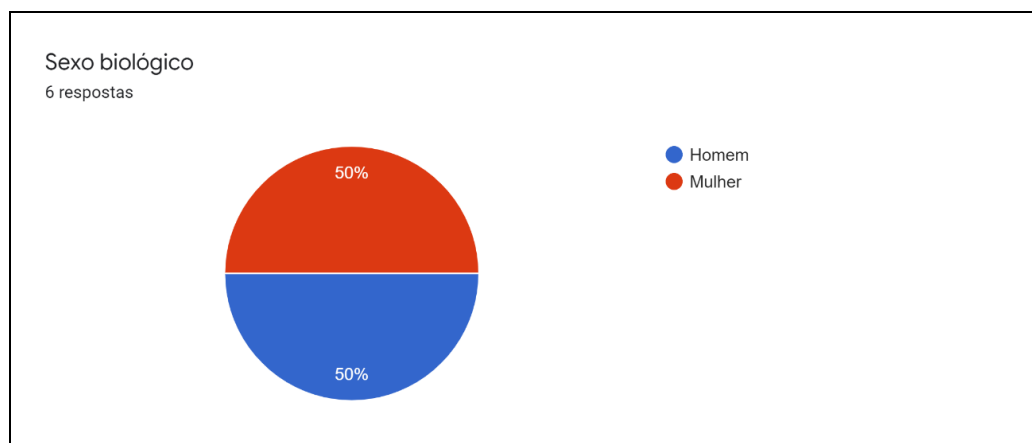
A partir dos dados presentes nas figuras 19 e 20 constatou-se que a maioria dos participantes possui mais de 40 anos de idade e estão distribuídas proporcionalmente em relação ao gênero, sendo metade do sexo feminino e a outra metade do sexo masculino.

Figura 19 – Faixa etária dos docentes do IFRJ – *campus* São Gonçalo/RJ



Fonte: O autor

Figura 20 - Gênero dos docentes do IFRJ *campus* São Gonçalo/RJ



Fonte: O autor

Ainda em relação aos docentes do *campus*, foram coletados os dados referentes ao grau de formação acadêmica dos participantes, onde se constatou que mais de 80% possui formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, sendo três com formação em nível de doutorado, o que representa 50% dos participantes, dois com formação em nível de mestrado e apenas um com grau de formação na modalidade *latu sensu*.

Comparando o nível de educação formal dos docentes do *campus* do IFRJ com os docentes das escolas da rede municipal de Itaboraí que participaram da pesquisa, é possível constatar que os docentes do IFRJ apresentam maior nível de qualificação, considerando aqui os níveis e modalidades de formação presentes na legislação educacional.

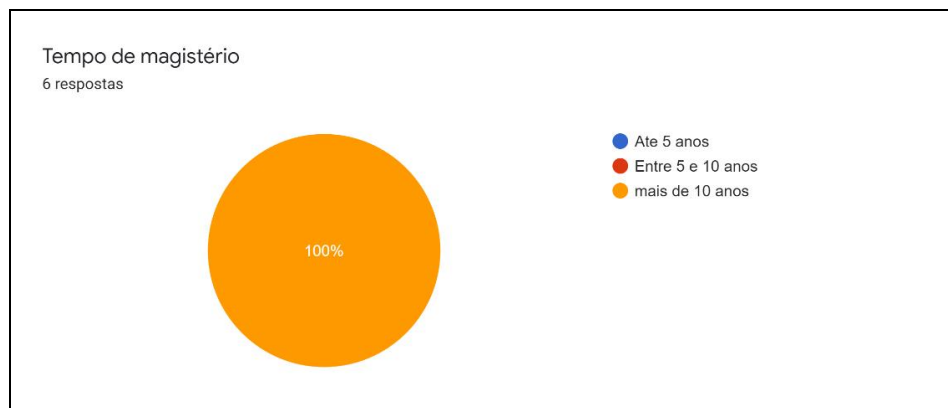
No que tange ao tempo de magistério (figura 21), todos os docentes do *campus* do IFRJ que responderam ao questionário possuem mais de dez anos de experiência no magistério, apesar de não ser possível comparar com os dados encontrados entre os docentes da rede municipal de Itaboraí, visto que a questão sobre o tempo de serviço no magistério destes foi relativa apenas a atuação na rede municipal, não considerando experiência fora da rede, constatou-se que na rede municipal, a experiência da maioria dos respondentes corresponde a 46,7% com mais de dez anos de experiência.

O objetivo das questões sobre o tempo de serviço no magistério dos docentes da rede municipal era entender como essa experiência podia influenciar ou não no conhecimento deles, enquanto membro da comunidade escolar, com o *campus* do IFRJ no leste metropolitano, um

dos objetivos específicos desta pesquisa.

Os dados mostraram que, apesar de quase metade possuir mais de dez anos na rede municipal, praticamente o tempo de existência do *campus* do IFRJ, o conhecimento sobre o *campus* ainda se mostra precário, com diversos aspectos desconhecidos pelos docentes, conforme apontam os dados sobre o conhecimento desse público sobre o *campus* do Instituto.

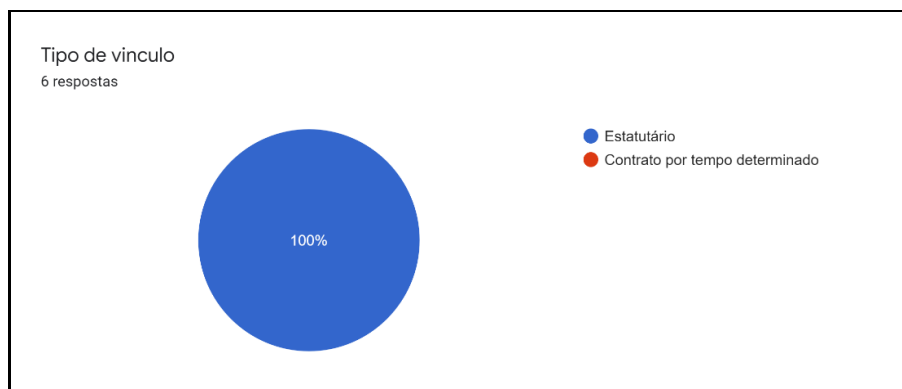
Figura 21 – Tempo de magistério dos docentes do *campus* São Gonçalo do IFRJ



Fonte: O autor

Quanto ao vínculo dos docentes do IFRJ com a instituição (Figura 22), constatou-se que a totalidade dos respondentes ao questionário são estatutários, não havendo nenhum docentes contratado em regime temporário através de contrato, diferente do docentes das escolas da rede municipal de Itaboraí, ontem foi encontrada a presença de vínculo diverso ao estatutário, dado que pode estar relacionado a diversos fatores, como licenças e outros afastamentos de docentes efetivos e ausência de concurso público para contratação de docentes estatutários para a rede municipal, visto que o último edital de concurso público para contratação de docentes efetivos data do ano 2010, apesar de um edital para este fim lançado em 2020, mas cancelado, não sendo a contratação efetivada.

Figura 22 – Tipo de vínculo dos professores do IFRJ – *campus* São Gonçalo



Fonte: O autor

Apesar da presente pesquisa não contemplar todo o universo de docentes da rede municipal de Itaboraí e também do *campus* do IFRJ em São Gonçalo, visto que o objetivo não era atingir a totalidade destes, com a experiência do pesquisador no magistério no leste metropolitano em diferentes redes públicas, e também na análise das leis que regem as relações de trabalho dos docentes estatutários do IFRJ, Lei nº 12.772/2012, e da rede municipal de Itaboraí, Lei n.º 1392 de 03 de julho de 1996, alguns aspectos merecem destaque no que se refere a questão do vínculo com o ente público e valorização da carreira docente.

A experiência do pesquisador indica a defasagem na reposição de docentes efetivos na rede municipal do município do Itaboraí, como já sinalizado nesta pesquisa, com longos períodos sem abertura de concursos públicos visando a contratação de docentes estatutários (o último concurso foi realizado no ano de 2010), mesmo que para reposição de exonerações e aposentadorias, pois para que isso ocorra é necessária a vontade do gestor máximo do município, não tendo as escolas autonomia para reposição dos servidores através de concurso, diferente das instituições federais que possuem autonomia para reposição de servidores nos casos descritos acima.

Outra constatação importante que pode interferir no vínculo dos docentes com as instituições pesquisadas está relacionada a regulamentação das relações de trabalho, apesar do vínculo estatutário estar presente em ambas, é notória a discrepância de incentivo à carreira docentes quando comparamos as normas e leis que regem o trabalho dos docentes em cada esfera, como podemos perceber em uma breve análise das leis citadas que se segue.

Enquanto os docentes da rede municipal de Itaboraí ainda são regidos por uma lei que data de 1996 para todos os servidores públicos, e sem um plano de cargos e salários específicos

para os docentes, no caso do IFRJ existe, além da regulamentação de trabalho de todos os servidores federais, lei nº 8.112 de 1990, uma lei específica para tratar da progressão na carreira dos docentes, a já citada lei nº 12.772/2012. O fato de uma regulamentação específica visando atender as especificidades da carreira docente já demonstra a disparidade entre os dois entes federativos no que se refere a política educacional e de valorização dos docentes, lembrando que não está sendo realizada aqui uma análise desta última quanto ao atendimento as necessidades docentes, mas apenas a sua existência como respaldo legal dos mesmos no que se refere a garantia de uma norma voltada especificamente para a categoria, o que não existe quanto tratamos da rede municipal de Itaboraí.

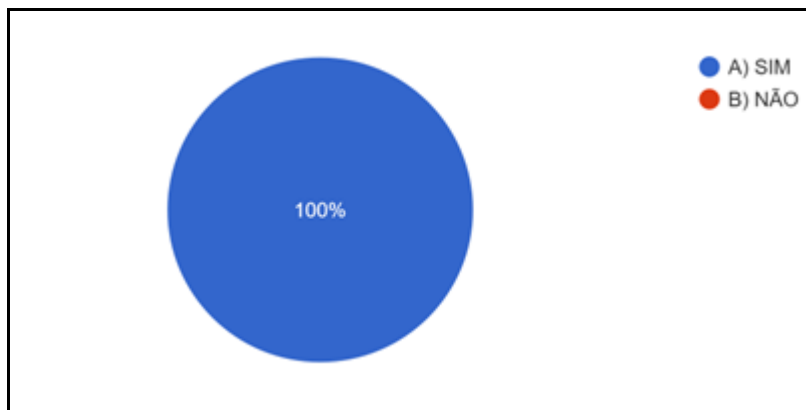
Diante deste cenário, parece possível, a título de comparação e sem análise profunda das normas aqui citadas, mas apenas pela existência delas e pela análise superficial das mesmas no que trata da normatização da carreira docente e seus incentivos, afirmar que há um profundo no incentivo a carreira docente em cada esfera pública citada, fato este que pode criar reflexos nos resultados encontrados nesta pesquisa no que se refere ao vínculo dos docentes com as instituições.

4.5 Análise das respostas dos docentes do IFRJ ao questionário

Nesta seção, a análise das respostas dos docentes participantes visa compreender como os docentes percebem os diferentes aspectos que envolvem a relação da comunidade externa, em especial do leste metropolitano, com o recorte para o município de Itaboraí, com o *campus* do IFRJ e também com a própria instituição como um todo. Foram levantados aspectos relativos ao ingresso dos estudantes da rede pública, projetos de aproximação e divulgação do *campus* para a comunidade externa e conhecimento dos estudantes ingressantes sobre os cursos ofertados no *campus*.

A figura 23 apresenta a resposta dos participantes quando questionados sobre o conhecimento das formas de processo de ingresso no IFRJ, onde a totalidade respondeu que possui esta informação, o que não aparentou ser nenhuma surpresa, visto que ao correlacionar estes dados com as informações pessoais dos mesmos, discutidas na seção anterior, constatou-se que todos os participantes possuem vínculo estatutário com o IFRJ e também mais de dez anos de experiência no magistério, o que pode ter contribuído para o resultado encontrado.

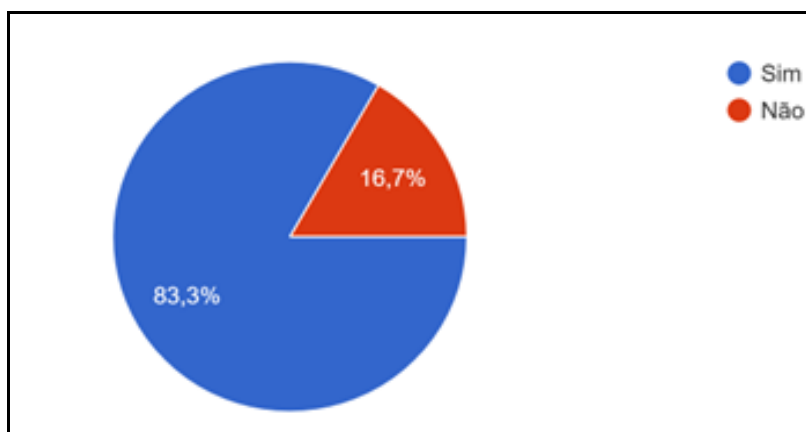
Figura 23 – Questão sobre o conhecimento da forma de ingresso no IFRJ



Fonte: O autor

Quando analisadas as respostas sobre o conhecimento acerca das políticas afirmativas de ingresso (figura 24), percebe-se que o conhecimento dos docentes sobre o tema é menor, não atingindo a totalidade dos participantes, cabendo destacar aqui que a política de reserva de vagas foi instituída através da Lei nº 12.711 aprovada em agosto de 2012, portanto completando dez anos em 2022. Correlacionando este dado com o perfil dos participantes da pesquisa, podemos observar que a totalidade dos docentes já estava no magistério quando a lei foi aprovada, mesmo que não estivessem no IFRJ, já eram docentes em exercício há mais de dez anos.

Figura 24 – Conhecimento dos docentes do IFRJ sobre as políticas afirmativas de ingresso



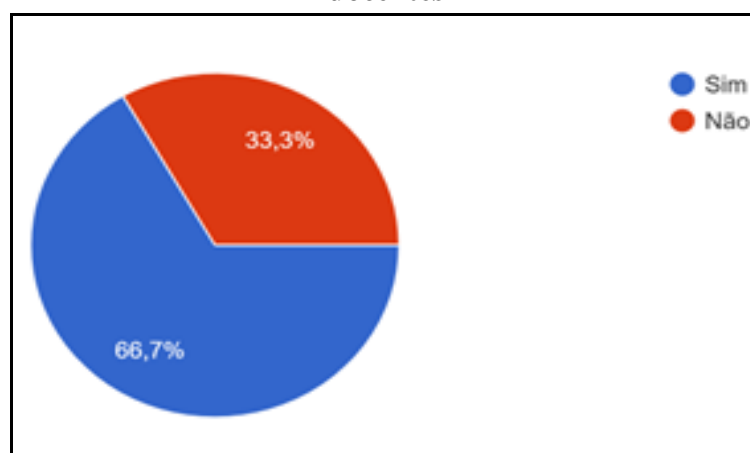
Fonte: O autor

Mesmo que esse dado indique não há nenhum docente que iniciou a carreira após a aprovação da lei, cabe ressaltar que nas instituições de ensino superior pública estadual no Rio de Janeiro as políticas afirmativas foram aprovadas no ano 2000, através da lei estadual nº 3.524 e em 2001 com a lei nº 3.708, sendo modificadas e substituídas pela Lei nº 4.151/2003. Portanto,

apesar de novas na rede federal, as políticas de ingresso com ações afirmativas já vigoravam nas instituições estaduais do Rio de Janeiro.

Também foi perguntado aos docentes se os estudantes chegavam ao curso técnico com algum conhecimento sobre o curso que optaram (figura 25), neste caso 66,7 dos docentes disseram que os estudantes possuíam algum conhecimento, enquanto 33,3 por cento respondeu que os estudantes não possuíam nenhum conhecimento sobre o curso que ingressaram.

Figura 25 - Conhecimento dos estudantes sobre os cursos técnicos na percepção dos docentes

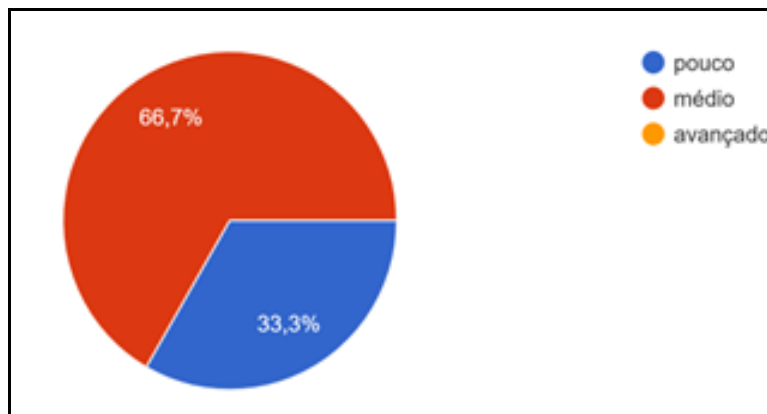


Fonte: O autor

O significativo desconhecimento dos estudantes sobre os cursos técnicos conforme dados apresentados acima também foi destacado pelo professor e ex-diretor do *campus* São Gonçalo em entrevista, conforme relatado na seção 5.1 da presente pesquisa, o que permite concluir que há uma deficiência de informação dos estudantes sobre os cursos que optaram por realizar.

Ainda sobre a percepção dos docentes do IFRJ sobre o tema, foi perguntado como eles avaliam o grau de conhecimento dos estudantes sobre o curso que escolheram (Figura 26), onde mais de 66,7% responderam que os estudantes possuem conhecimento médio, e 33,3% possuem pouco conhecimento sobre o curso escolhido, não havendo nenhum com conhecimento avançado sobre o curso.

Figura 26 – Grau de conhecimento dos estudantes sobre o curso

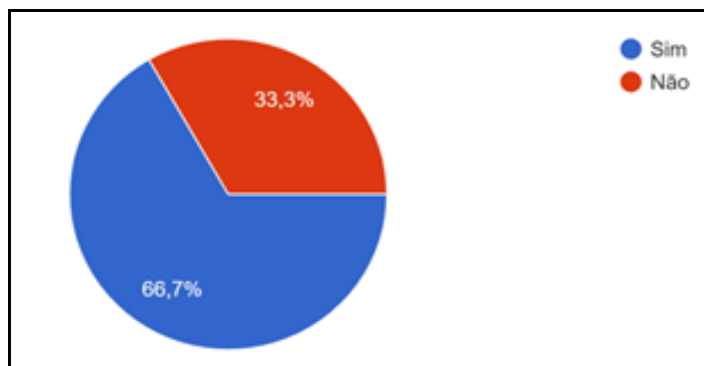


Fonte: O autor

Os resultados indicam que mesmo aqueles estudantes que, na percepção dos docentes, possuem algum conhecimento sobre o curso para quais optaram, este conhecimento ainda é baixo, o que parece preocupante, visto que este fato pode constituir um fator de desestímulo dos mesmos, caso não seja o que esperavam com o seu pouco conhecimento do que seria a área escolhida, e em caso mais extremos refletir em um aumento da evasão escolar.

Já em relação conhecimento dos estudantes sobre a proposta de ensino médio integrado, foi perguntado aos docentes do *campus* se o estudante ao ingressar demonstrava conhecimento sobre essa proposta neste caso a maioria respondeu que os estudantes possuem tal conhecimento (66,7%), enquanto 33,5% responderam que os estudantes não possuem a informação sobre a proposta de ensino médio integrado (figura 27). Não obstante o conhecimento dos estudantes pela área escolhida para formação seja pouco, parece que no que se refere a modalidade de oferta, no caso do ensino integrado, o conhecimento parece maior, ao menos na percepção dos docentes que participaram da pesquisa.

Figura 27 – Conhecimento dos estudantes sobre ensino médio integrado na percepção dos docentes



Fonte: O autor

Considerando que os dados apresentados acima sobre que demonstram o pouco conhecimento dos estudantes sobre os cursos e modalidades ofertadas, uma seção do produto educacional, denominada “Modalidades e Cursos Ofertados” apresenta informações que possuem o objetivo tentar sanar tal lacuna.

Quanto a divulgação das informações relativas ao *campus* nas escolas públicas do leste metropolitano, os docentes foram questionados se conheciam alguma medida visando este fim, e se sim, qual seria essa forma de divulgação. Os resultados demonstraram que metade dos participantes tinha conhecimento de alguma medida de divulgação, quando questionados sobre qual seriam essas ferramentas foram registradas as seguintes respostas:

- Sim. Nas regiões do entorno há divulgação direta pela gestão. Também há divulgação pelas redes de comunicação em massa, incluindo redes sociais.
- Sim. Visita de professores às escolas.
- O IFRJ participa do Movimento Tamo Junto 9º Ano.

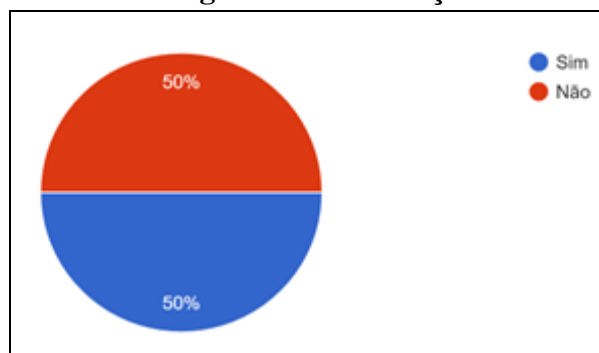
A diversidade de respostas indica que existem iniciativas de divulgação com participantes tanto da gestão como de professores do *campus*, não sendo possível avaliar se são todas coordenadas, além do que parece ser um projeto que visa levar a informação aos estudantes do nono ano do ensino fundamental (Movimento Tamo Junto 9º ano).

Apesar das inúmeras iniciativas relatadas pelos docentes que participaram da presente pesquisa, metade dos respondentes não possuem a informação sobre as mesmas, o que pode indicar que a informação não chega a todos os docentes da comunidade interna ou mesmo não é divulgada junto a todos, mesmo aqueles que não estejam envolvidos poderiam ter acesso a

informação dessas medidas de divulgação, esse desconhecimento de parte do corpo docente pode apontar para uma ação não coordenada envolvendo toda a comunidade escolar interna do *campus*, ao menos no que se refere a divulgação de projetos ou medidas de divulgação.

Considerando a tríade ensino, pesquisa e extensão como parte fundamental da constituição dos Institutos Federais, os docentes do *campus* foram perguntados se consideravam as ações que envolvem essa tríade interferiam no processo de ingresso na instituição, neste aspecto metade dos respondentes consideraram que sim, enquanto os outros 50% consideraram que não (figura 28).

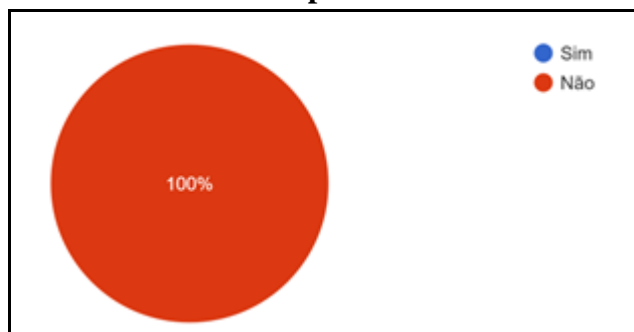
Figura 28 – Considera que as ações de ensino, pesquisa e extensão interferem no processo de ingresso na instituição.



Fonte: O autor

Ao realizar o recorte das ações de divulgação do *campus* para o município de Itaboraí, em especial junto escolas da rede municipal, os docentes foram questionados se já participaram de alguma medida de divulgação nessas escolas, neste caso a totalidade dos participantes respondeu negativamente (figura 29). Cabe destacar que apenas metade dos respondentes havia indicado que conhece nenhuma medida de divulgação do *campus*.

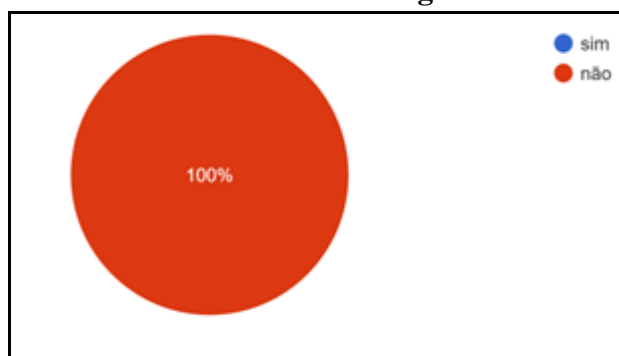
Figura 29 – Participação dos docentes do *campus* em medidas de divulgação em escolas da rede municipal de Itaboraí



Fonte: O autor

Ainda com o objetivo de coletar informações sobre o conhecimento dos docentes do *campus* sobre medidas que visem a aproximação com a comunidade escolar do leste metropolitano, em especial sobre a divulgação do *campus* nesta região, os docentes foram perguntados sobre se consideram essas estratégias suficientes para atender a demanda dos ingressantes. Assim como na questão anterior, a totalidade dos participantes respondeu negativamente (figura 30), ou seja, não consideram as atuais estratégias de divulgação suficientes. Tal percepção dos docentes do *campus* corrobora com a constatação advinda da experiência do pesquisador como docentes em escolas públicas da rede estadual no município de São Gonçalo e em escolas municipais de Itaboraí.

Figura 30: As estratégias de divulgação do *campus* São Gonçalo são suficientes para atender a demanda dos ingressantes?



Fonte: O autor

Como última questão apresentada aos docentes do *campus* São Gonçalo, foi perguntado aos mesmos quais as suas sugestões para ampliar a divulgação do *campus* nas escolas públicas da região, questão está apresentada com espaço para contribuições livres, onde apenas um participante não respondeu, enquanto os demais contribuíram apontando medidas diversas, conforme apresentadas a seguir:

- Uma aproximação com as associações de moradores de cada região pode facilitar o processo de divulgação;
- Divulgação nas escolas através de pôsteres, com algumas informações importantes, tais como gratuidade, oportunidade de bolsas, laboratórios. Link das páginas do Instagram e Facebook, que são as principais redes acessadas pelos alunos;
- Parceria com a prefeitura de São Gonçalo na divulgação dos cursos;
- Desenvolvimento de ações contínuas de divulgação e de projetos de extensão de busquem

maior interação entre escola e comunidade;

- Levar ações de extensão e pesquisa para dentro as escolas de ensino fundamental da região e melhorar a sinalização de acesso ao *campus*.

Analisando as respostas acima, pode-se contatar que a maioria cita ações junto à comunidade escolar local, reforçando a necessidade de a informação sobre o *campus* chegar as escolas, algumas reforçam aspectos que parecem pouco conhecidos dos estudantes do ensino fundamental, principalmente da rede pública, que é a gratuidade do ensino ofertado no IFRJ, além das possibilidades de bolsas de auxílio aos estudantes.

Outra informação que merece destaque dentre as contribuições para melhorar a divulgação do *campus*, diz respeito a sinalização de acesso ao mesmo, que pode ser correlacionada com as respostas dos docentes da rede municipal de Itaboraí que participaram da presente pesquisa e indicaram que não sabem chegar ao *campus* partindo da escola onde atua, lembrando que o questionário foi aplicado em escolas que margeiam a rodovia onde também está o *campus* do IFRJ.

Diante dos relatos dos respondentes sobre a falta de sinalização para acesso ao *campus*, o produto educacional desenvolvido e descrito na seção quatro do presente trabalho traz no seu segundo capítulo denominado Como Chegar, informações básicas sobre a localização do *campus* e as formas de acesso tanto de veículo próprio como por transporte público.

Também com objetivo de sanar questões levantadas pelos docentes do *campus* como medidas que podem ajudar na aproximação com a comunidade externa, o produto educacional dedica a última seção à apresentação das páginas e canais do *campus* na web, desde a página oficial até os perfis das redes sociais administrados pelo *campus*, como Facebook e Instagram, conforme apresentados na seção anterior.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

Antes de discorrer sobre o produto educacional elaborado nesta pesquisa, seus objetivos e finalidades, cabe destacar as considerações sobre Produto Educacional (PE) apresentadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual define o PE como:

um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou

outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. (BRASIL, 2019, p. 15).

Neste trabalho o produto escolhido foi um guia de orientação, que na tipologia de produto educacional é classificado como material didático/instrucional na forma de material textual, de acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho Produção Tecnológica da CAPES (BRASIL, 2019).

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa através da coleta e análise dos dados que o produto foi desenvolvido, considerando as principais lacunas indicadas pelos respondentes em relação as questões apresentadas. Sendo assim, a pesquisa foi a base para subsidiar o desenvolvimento do conteúdo do produto, que possui como formato um guia de orientação sobre o *campus* São Gonçalo do Instituto Federal do Rio de Janeiro, voltado para os docentes da rede pública do município de Itaboraí.

5.1 Finalidade e objetivo do produto

A finalidade do produto educacional é aproximar a comunidade escolar das instituições de ensino de Itaboraí, neste caso através dos seus docentes, com o *campus* São Gonçalo do IFRJ. De modo que a ampliação do conhecimento de aspectos relevantes do Instituto como a oferta de cursos e o processo de ingresso, possa contribuir para a construção de um processo multiplicador junto aos estudantes da rede pública.

Para atingir tal finalidade, o guia apresenta informações de maneira objetiva e sistematizada, a fim de facilitar a leitura e o entendimento dos docentes, os principais pontos referentes a oferta dos cursos e o processo de seleção, além de outras informações importantes sobre o *campus* São Gonçalo do IFRJ.

As informações contidas em cada parte do Guia foram desenvolvidas de acordo com o grau de conhecimento dos docentes que participaram da pesquisa, algumas mais breves, porém com indicação para aprofundamento sobre o assunto, como o caso do capítulo sobre as informações gerais do Instituto e o respectivo *campus*, visto que 80% dos respondentes sabiam da sua existência.

Por outro lado, foram mais exploradas as informações que levaram em conta o maior

desconhecimento em suas respostas à pesquisa, desde a forma de acessar o *campus* físico, 40% não sabiam como chegar partindo da escola onde trabalham, até as informações sobre o processo seletivo de acesso aos cursos e a política de cotas que atingiram 53,3 e 60% de desconhecimento por parte dos participantes da pesquisa.

O produto foi elaborado através do programa Canva no formato de Guia de Orientação que pode ser impresso em formato de folhas A4 e também compartilhando em formato digital com links clicáveis. Tais links foram inseridos para que os leitores possam encontrar não só maiores informações sobre o assunto tratado, como leis e normas, mas com o objetivo de divulgação dos canais oficiais de informação do *campus* São Gonçalo do IFRJ.

Outro aspecto relevante para a inserção de links e endereços eletrônicos no Guia diz respeito as informações que são definidas de acordo com cada edital de ingresso do processo seletivo, pois a instituição possui autonomia para alterar de acordo com suas necessidades, portanto foram apresentadas apenas as informações gerais baseadas nos últimos três editais e alicerçadas em políticas públicas de inclusão, garantidas por instrumentos legais, como aquelas relacionadas à reserva de vagas.

Considerando que os processos seletivos no período da pandemia de Covid19 utilizaram critérios excepcionais, os mesmos não foram tratados no Guia, visto que este apresenta o modelo de seleção adotado no período de normalidade e que, além disso, os critérios definidos no período excepcional não foram iguais para todos os semestres, diferente dos adotados fora do período de excepcionalidade que seguiam determinado padrão.

5.2. Aspectos do Guia sobre os IFRJ para docentes da rede pública do município de Itaboraí

O presente guia está dividido em seções que contemplam as informações básicas sobre o *campus* São Gonçalo do IFRJ para o público externo, e cada uma delas procura responder as lacunas apresentadas pelos participantes da pesquisa sobre o *campus*, tanto pelos docentes da rede pública municipal, quanto por membros da comunidade interna do *campus* no que diz respeito aos conhecimentos que consideram importantes para o público externo.

A capa do Guia traz a imagem do prédio principal do *campus*, que pode ser observado da principal via de acesso (br-101), que inclusive liga o *campus* ao município de Itaboraí. Esta

escolha vai de encontro ao objetivo de divulgação do referido Instituto na tentativa de aproximá-lo da comunidade escolar do município. Apesar do prédio do IFRJ ser visto por todos que trafegam pela BR-101, e do fato de 80% dos docentes que responderam à pesquisa demonstraram que sabem da existência do mesmo, quando a pesquisa avalia o grau de conhecimento sobre o mesmo, a porcentagem cai para 60% apontando que conhece pouco e 40% com conhecimento médio, enquanto nenhum diz ter conhecimento avançado sobre o mesmo.

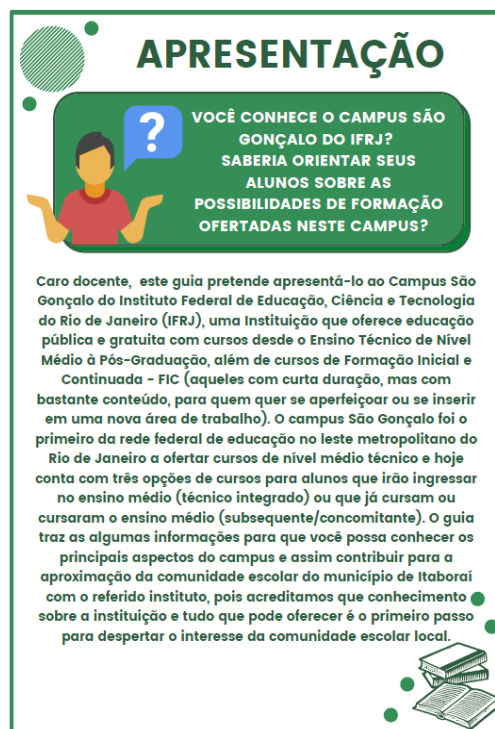
Diante dessas informações, a imagem do *campus* do Instituto é apresentada logo nas primeiras páginas, como na capa (figura 31) e também acompanhado do texto de apresentação do mesmo na página seguinte (figura 32), de modo que o guia possa contribuir para elevar o conhecimento dos docentes da rede municipal sobre o respectivo *campus* do instituto, e que eles possam então associar ao espaço físico de conhecimento de muitos devido a sua localização estratégica a todas as possibilidades de formação que o mesmo oferece.

Figura 31 – Capa do Guia



Fonte: O autor

Figura 32 – Apresentação

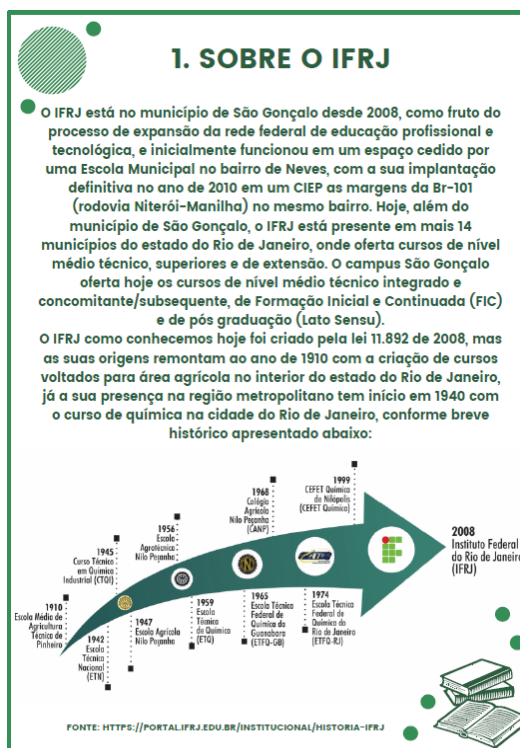


Fonte: O autor

Após a seção de apresentação, o guia é dividido em outras seções que foram formuladas também levando em consideração os dados colhidos através dos formulários e da entrevista com os participantes. A primeira seção, denominada Sobre o IFRJ (Figura 33), traz o histórico do

campus no leste metropolitano do Rio de Janeiro, e a constituição do IFRJ de maneira esquematizada desde as origens até a nomenclatura do Instituto como é conhecido na atualidade.

Figura 33 – Sobre o IFRJ



Fonte: O autor

A segunda seção do Guia é intitulada Como chegar ao *campus* São Gonçalo do IFRJ (Figura 34), e possui como principal finalidade mostrar aos docentes que, apesar do Instituto estar localizado em outro município, o acesso é realizado por rodovia federal (BR-101) e com diversas opções de transporte público, visto que a maioria dos ônibus que liga os municípios de Itaboraí, Magé, Tanguá e Rio Bonito à Niterói o faz por este trajeto. Portanto, a localização estratégica do *campus* às margens de uma das principais rodovias que cortam o leste metropolitano do Rio de Janeiro e os municípios de São Gonçalo e Itaboraí. O guia apresenta o mapa da região com a localização da região central de Itaboraí até o *campus* do IFRJ e as formas de acesso por veículo próprio ou por transporte público.

Figura 34 – Como chegar ao *campus* São Gonçalo



Fonte: O autor

No sentido de evitar que o guia induza ao erro devido a possíveis mudanças na nomenclatura das linhas, como número de identificação e nome do destino inicial e final, a opção encontrada foi apresentar o trajeto que os coletivos devem realizar para chegar ao *campus*, evitando assim possível confusão em caso de mudança por parte das empresas de transporte público.

Já na terceira seção do Guia (figura 35), o objetivo é apresentar as modalidades de cursos ofertados no *campus* São Gonçalo, iniciando pelo integrado (Figura 36) considerando que na pesquisa junto aos docentes da rede pública de Itaboraí, 53,3% dos respondentes informaram que não possuíam conhecimento das modalidades de cursos ofertados pelo Instituto no município vizinho e 46,7% não sabiam a diferença entre um curso técnico integrado e outro subsequente/concomitante. Portanto, esta seção apresenta todas as níveis e modalidades de

curso existentes no *campus*. Nesta seção são apresentados também os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de Pós-Graduação (Figura 37).

Figura 35 – Modalidades de cursos



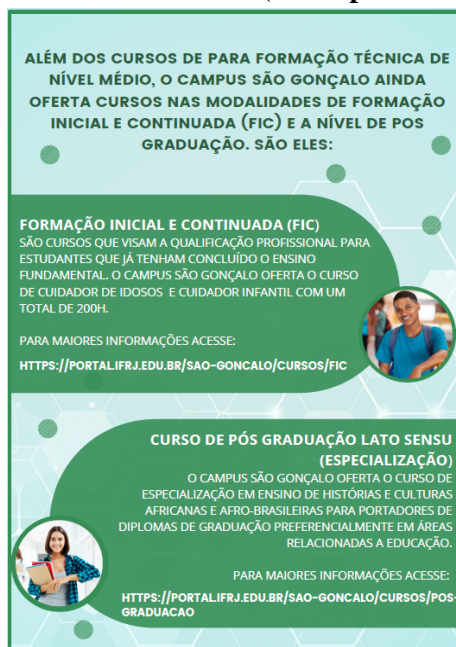
Fonte: O autor

Figura 36 – Técnico integrado



Fonte: O autor

Figura 37 – Outros cursos (FIC e pós Graduação)



Fonte: O autor

As informações desta seção do Guia também foram selecionadas no intuito de sanar a

lacuna encontrada a partir das respostas à terceira pergunta do questionário da pesquisa, onde apenas 46,7% dos docentes da rede municipal participantes, ou seja, menos da metade do que responderam ao questionário conheciam algum curso técnico do *campus* São Gonçalo do IFRJ. Dessa forma, são apresentadas as informações básicas dos cursos técnicos integrados de Administração (Figura 38) e de Química (Figura 40), assim como os respectivos perfis profissionais (Figuras 39 e 41).

Figura 38 – Curso de Administração



Fonte: O autor


Figura 39 – Perfil profissional - Administração



Fonte: O autor

Figura 40 – Curso de Química **Figura 41 - Perfil profissional - Química**


**SOBRE OS CURSOS TÉCNICOS:
QUÍMICA
(INTEGRADO)**



DURAÇÃO DO CURSO: 8 SEMESTRES (4 ANOS)
PÚBLICO ALVO: ESTUDANTES QUE TENHAM CONCLUÍDO COM ÊXITO O NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
TOTAL DE HORAS DO CURSO TÉCNICO: 3861 HORAS
TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO CURRICULAR: 480 HORAS.

Fonte: O autor

VAMOS CONHECER UM POUCO SOBRE O PERFIL PROFISSIONAL DO TÉCNICO EM QUÍMICA?



PERFIL PROFISSIONAL: O TÉCNICO EM QUÍMICA APRESENTARÁ COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA ATUAR EM ATIVIDADES RELACIONADAS AO SETOR PRODUTIVO COMO OPERADOR DE PLANTAS INDUSTRIAIS, CONTROLADOR DE PROCESSOS INDUSTRIAIS, EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS, PERMEADO SEMPRE POR UMA VISÃO CRÍTICA DE MUNDO, SENSÍVEL ÀS QUESTÕES ÉTICAS. ALÉM DISSO, SERÁ CAPAZ DE: OBTER E INTERPRETAR DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS NECESSÁRIOS AO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS INSUMOS E PRODUTOS; TER UMA ATITUDE PRO-ATIVA EM TERMOS DE SEGURANÇA NOS DIVERSOS PROCEDIMENTOS DENTRO DE UMA EMPRESA E REFLETIR ACERCA DOS FUNDAMENTOS CIENTÍFICO-TECNOLÓGICOS DA FORMAÇÃO TÉCNICA, RELACIONANDO-AS COM AS DIVERSAS ÁREAS DO SABER.

Fonte: O autor

Após a apresentação dos cursos técnicos integrados, o guia traz as informações da modalidade de curso concomitante/subsequente (Figura 42) ofertado no *campus*, com os dados básicos do curso atualmente ofertado no *campus*, é o curso de Segurança do trabalho (Figura 43), e o seu respectivo perfil profissional (Figura 44).

Figura 42 – Curso concomitante/ subsequente **Figura 43 - Curso de segurança do trabalho**

CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE:
O ALUNO ESTUDA SOMENTE O CURSO TÉCNICO NO IFRR. ESTUDANTES QUE TENHAM CONCLUÍDO O ENSINO MÉDIO OU QUE ESTEJAM CURSANDO, NO MÍNIMO, O 2º ANO DESSE NÍVEL DE ENSINO EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. NESTA MODALIDADE O CAMPUS OFERTA O SEGUINTE CURSO:
NESTA MODALIDADE O CAMPUS OFERTA O SEGUINTE CURSO:
SEGURANÇA DO TRABALHO

Fonte: O autor

SOBRE OS CURSOS TÉCNICOS:
SEGURANÇA DO TRABALHO
(SUBSEQUENTE/CONCOMITANTE)

DURAÇÃO DO CURSO: 4 SEMESTRES (2 ANOS)
PÚBLICO ALVO: ESTUDANTES QUE ESTEJAM CURSANDO O 2º ANO DO ENSINO MÉDIO OU QUE JÁ TENHAM CONCLUÍDO ESTE NÍVEL DE ENSINO
TOTAL DE HORAS DO CURSO TÉCNICO: 1350 HORAS.
TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO CURRICULAR: 480 HORAS.

Fonte: O autor

Figura 44 - Perfil – Segurança do Trabalho

VOCÊ SABE QUAL O PERFIL PROFISSIONAL DE UM TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO?

PERFIL PROFISSIONAL: O TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO APRESENTARÁ COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA: REALIZAR TRABALHO EM EQUIPE; CONHECER E INTERPRETAR A LEGISLAÇÃO E AS NORMAS TÉCNICAS DE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE (ATUANDO NA GESTÃO INTEGRADA); APLICAR PRINCÍPIOS ERGONÔMICOS NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO; OPERAR EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS NO CAMPO DE ATUAÇÃO; APLICAR PRIMEIROS SOCORROS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA; COLETAR, ORGANIZAR E REGISTRAR DADOS RELATIVOS AO CAMPO DE ATUAÇÃO; RECONHECER E AVALIAR OS RISCOS PROFISSIONAIS A QUE ESTÃO EXPOSTOS OS TRABALHADORES E IDENTIFICAR AS FORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES; IDENTIFICAR E AVALIAR ROTINAS, PROTOCOLOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS; ATUAR EM CONSULTORIA SOBRE SEGURANÇA DO TRABALHO; REALIZAR PALESTRAS E TREINAMENTOS PARA INFORMAR OS TRABALHADORES SOBRE OS RISCOS OCUPACIONAIS E A SUA PREVENÇÃO E UTILIZAR RECURSOS E FERRAMENTAS DE INFORMÁTICA NA CONFEÇÃO DE RELATÓRIOS, TABELAS E APRESENTAÇÕES.

Fonte: O autor

O objetivo desta seção foi apresentar os cursos de nível médio técnico, de maneira que os docentes possam conhecer melhor os cursos e apresentá-los aos seus alunos, tornando

multiplicadores das informações, e assim podendo contribuir para a aproximação dos estudantes com o *campus* através do conhecimento das possibilidades de formação que o *campus* oferece aos estudantes que concluem o ensino fundamental, visto que o foco da pesquisa foi com os docentes que trabalham nos últimos anos deste nível de ensino.

O conhecimento sobre os cursos, como tempo de duração e perfil profissional, também se justificam no Guia com base nos dados coletados através de entrevista, conforme consta na seção de análise de dados, onde o entrevistado relata um pleno desconhecimento dos estudantes ingressantes sobre o que é um curso técnico.

A quarta parte do Guia é dedicada à apresentação do processo seletivo de acesso aos cursos de nível médio técnico na modalidade integrado do IFRJ (figura 45). O destaque para esta modalidade justifica-se devido ao Guia ser direcionado aos docentes dos últimos anos do ensino fundamental, que lecionam para estudantes que podem concorrer a uma vaga nesta modalidade. Além disso, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os institutos federais, diz que os mesmos devem ofertar 50% de suas vagas para a Educação Profissional Técnica de nível médio, prioritariamente na forma integrada.

Figura 45 – Processo de acesso aos cursos

VOCÊ SABE COMO É O PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSAR NOS CURSOS DO IFRJ ?

COMO PARA CADA NÍVEL OU MODALIDADE DE ENSINO HÁ UM PROCESSO SELETIVO PRÓPRIO, VAMOS ENTENDER PRIMEIRO COMO COSTUMA SER O PROCESSO PARA INGRESSO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.

O ACESSO AOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO INTEGRADO DO IFRJ É REALIZADO ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO COM REGRAS DEFINIDAS EM EDITAL PÚBLICO DISPONÍVEL NA PÁGINA OFICIAL DO INSTITUTO ([HTTPS://PORTAL.IFRJ.EDU.BR/](https://portal.ifrj.edu.br/)), NO ÍCONE CORRESPONDENTE - ESTUDE NO IFRJ ([HTTPS://PORTAL.IFRJ.EDU.BR/ESTUDE-IFRJ](https://portal.ifrj.edu.br/estude-ifrj)).

INSCRIÇÕES: O PROCESSO DE INSCRIÇÃO É DETALHADO NO EDITAL PÚBLICO DIVULGADO PELO IFRJ E/OU PELA ORGANIZADORA RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO COM DATAS ESPECÍFICAS E COM AS REGRAS DE COMO PARTICIPAR.

ATENÇÃO: PARA TODO EDITAL HÁ UM PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, PORTANTO NEM TODO ESTUDANTE PRECISA PAGAR PARA PARTICIPAR DO PROCESSO. AS REGRAS PARA SOLICITAR NORMALMENTE ESTÃO DESCRITAS NO EDITAL DO CONCURSO E ENVOLVEM A RENDA PER CAPITA DA FAMÍLIA DO ESTUDANTE.

PROVAS: NORMALMENTE O PROCESSO SELETIVO É COMPOSTO DE PROVAS OBJETIVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE MATEMÁTICA, MAS PODE VARIAR DE ACORDO COM O EDITAL. OS CONTEÚDOS DESSAS DISCIPLINAS SÃO RELATIVOS AO ENSINO FUNDAMENTAL.

Fonte: O autor

A partir das informações apresentadas na seção sobre análise de dados (resultados e discussões), constatou-se que 60% dos docentes respondentes da rede municipal não possuíam

conhecimento sobre o processo de inscrição. Diante deste cenário, a quinta seção do Guia traz informações sobre como o processo é realizado, não sendo considerado o processo excepcional de seleção durante a pandemia de Covid19.

Nesta seção há o destaque para o processo de solicitação de isenção, para que os docentes possam informar aos futuros candidatos sobre esta possibilidade, de modo o pagamento da taxa de inscrição não se torne uma barreira para aqueles estudantes impossibilitados de arcar com esse custo e o processo possa ser acessado por todos independente de sua condição socioeconômica, já que estamos tratando aqui de instituições públicas de ensino gratuito e que devem garantir pelo menos o direito de participação de todos.

Outro importante dado encontrado neste estudo diz respeito ao desconhecimento dos docentes da rede municipal e participantes da pesquisa sobre a política de reserva de vagas no ensino médio técnico, onde 60% dos participantes alegaram não conhecer a política de cotas para ingresso no Instituto Federal. Com base nesta informação, a quinta seção do produto educacional contém as principais informações sobre a questão, de maneira esquematizada e com indicação de informação para a lei que implementou tal política (figura 46).

Figura 46: Política de reserva de vagas

VOCÊ SABE O QUE É POLITICA DE RESERVA DE VAGAS?

A RESERVA DE VAGAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS SEGUE A **LEI 12.711/2012** QUE INSTITUIU A RESERVA DE 50% DAS VAGAS PARA ALUNOS CURSARAM INTEGRALMENTE O ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS.

TODOS OS EDITAIS DEVEM CONTEMPLAR VAGAS DE AMPLA CONCORRÊNCIA E RESERVADAS PARA ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS. NO ATO DA INSCRIÇÃO O ESTUDANTE DEVE FAZER A OPÇÃO. SAIBA ABAIXO QUAIS OS REQUISITOS PARA QUE O ESTUDANTE POSSA CONCORRER AS VAGAS RESERVADAS:

INDEPENDENTEMENTE DO TIPO DE RESERVA, TODOS QUE DESEJAM CONCORRER NESTA MODALIDADE DE VAGA DEVEM TER CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS.

OBS. CASO O ESTUDANTE TENHA CURSADO ALGUM ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA PRIVADA, ELE DEVERÁ OPTAR PELAS VAGAS DE AMPLA CONCORRÊNCIA, QUE SÃO AS VAGAS DESTINADAS AQUELES QUE NÃO ESTUDARAM INTEGRALMENTE EM ESCOLA PÚBLICA.

Fonte: O autor

Como um dos objetivos desta pesquisa está relacionado ao fato de tornar os docentes da

rede municipal multiplicadores de informações junto aos alunos, a quinta seção traz as informações que possam contribuir para que o docente esclareça como o processo de inscrição pela reserva de vagas funciona, com destaque para informações primordiais para quem deseja concorrer nesta modalidade de vagas, como: ter cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública, o cálculo e análise de renda (Figura 47), assim como os próximos passos para que o estudante saiba em que grupo de vagas reservadas se enquadra, com relação à lei de cotas (preto, pardo ou indígena e se pessoa com deficiência). (Figura 48).

Figura 47- Cálculo da renda

APÓS O ESTUDANTE TER CONFIRMADO QUE NUNCA ESTUDOU EM ESCOLA PRIVADA, DEVERÁ OPTAR PELAS VAGAS QUE SÃO SUBDIVIDIDAS POR CRITÉRIOS DE RENDA, QUE SE AUTODECLARAM PRETOS, PARDOS OU INDÍGENAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. ESSES CRITÉRIOS COMBINADOS VÃO GERAR 8 GRUPOS DIFERENTES. POR ISSO É IMPORTANTE O ESTUDANTE SEGUIR OS SEGUINTE PASSOS:

1. DESCOBRIR A RENDA BRUTA PER CAPITA DA FAMÍLIA PARA DECIDIR EM QUAL GRUPO VAI CONCORRER:

O CÁLCULO DA RENDA ESTÁ REGULAMENTADO PELA PORTARIA . NORMATIVA 18 DE 2012 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, QUE DIZ QUE A RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL PER CAPITA SERÁ APURADA DE ACORDO COM O SEGUINTE PROCEDIMENTO:

I - CALCULA-SE A SOMA DOS RENDIMENTOS BRUTOS AUFERIDOS POR TODAS AS PESSOAS DA FAMÍLIA A QUE PERTENCE O ESTUDANTE, LEVANDO-SE EM CONTA, NO MÍNIMO, OS TRÊS MESES ANTERIORES À DATA DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE NO CONCURSO SELETIVO DA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO;

II - CALCULA-SE A MÉDIA MENSAL DOS RENDIMENTOS BRUTOS APURADOS APÓS A APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO INCISO I DO CAPUT;

III - DIVIDE-SE O VALOR APURADO APÓS A APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO INCISO II DO CAPUT PELO NÚMERO DE PESSOAS DA FAMÍLIA DO ESTUDANTE

ATENÇÃO: ALGUNS VALORES RECEBIDOS PELA FAMÍLIA ESTÃO EXCLUÍDOS DO CÁLCULO, COMO: AUXÍLIOS PARA ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE; DIÁRIAS E REEMBOLSOS DE DESPESAS; ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES DENTRE OUTROS QUE PODEM SER CONSULTADOS NO ART 7º DA PORTARIA 18 DO MEC.

Fonte: O autor

Figura 48 – Questões para enquadramento na cota

2. APÓS DESCOBRIR A RENDA, É NECESSÁRIO SABER SE O CANDIDATO IRÁ CONCORRER AS VAGAS RESERVADAS AOS AUTODECLARADOS PRETOS, PARDOS OU INDÍGENAS;

NESTE CASO, ALÉM DE PROVAR A RENDA, O CANDIDATO DEVERÁ TAMBÉM PREENCHER UM FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO, DECLARANDO-SE PRETO, PARDO OU INDÍGENA.

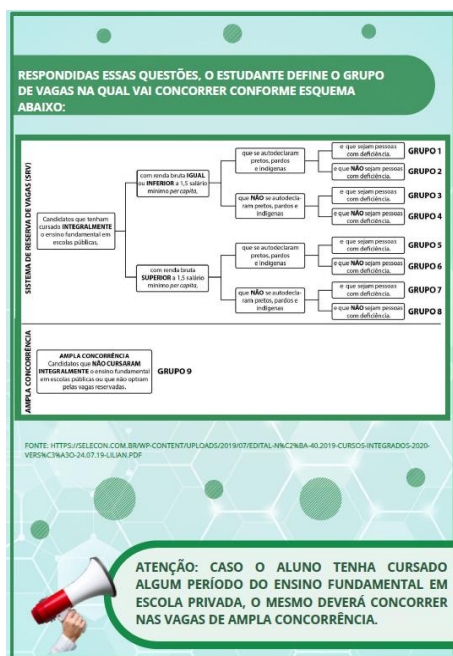
3. SE É PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU NÃO, MAS COMO PROVAR?

NOS CASOS DOS CANDIDATOS AS VAGAS DESTINADAS A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, É NECESSÁRIO LAUDO MÉDICO ATESTANDO A ESPÉCIE E O GRAU DE DEFICIÊNCIA COM O CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇA (CID).

Fonte: O autor

Após processo inicial, os critérios para a garantia de avaliação referente às cotas serão apresentados no formato de etapas, levando em conta: renda per capita das famílias, raça/étnica e por último o critério de pessoa com deficiência. Para melhor entendimento desta questão, o guia apresenta um esquema para escolha de um dos oito grupos que o estudante deve selecionar dentro da modalidade de reserva de vagas (Figura 49).

Figura 49: Modalidade de cotas



Fonte: O autor

O Guia apresenta como última seção a apresentação dos endereços eletrônicos do *campus* (Figura 50), ou seja, das páginas administradas pelo *campus* na web, como a página institucional, o canal do *campus* no youtube, e também o perfil administrado pela instituição em redes sociais (Facebook e Instagram).

Figura 50: Endereços do *campus* na web

6. CONHEÇA O CAMPUS SÃO GONÇALO DO IFRJ NA WEB:

PÁGINA OFICIAL DO IFRJ NA WEB:
[HTTPS://PORTAL.IFRJ.EDU.BR/SAO-GONCALO](https://portal.ifrj.edu.br/sao-goncalo)

IFRJ - CAMPUS SÃO GONÇALO INSTAGRAM:
 @IFRJSG
[HTTPS://INSTAGRAM.COM/IFRJSG/](https://instagram.com/ifrjsg/)

IFRJ - CAMPUS SÃO GONÇALO - PÁGINA FACEBOOK
[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/CAMPUSSAOGONCALO/](https://www.facebook.com/campusSaoGoncalo/)

IFRJ - CAMPUS SÃO GONÇALO - CANAL DO YOUTUBE
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/C/IFRJcampus%3%A3%A7A1O/ABOUT](https://www.youtube.com/c/IFRJcampus%3%A3%A7A1O/about)

Fonte: O autor

6. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO AOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ITABORAI

O produto educacional foi apresentado aos docentes das escolas públicas municipais de Itaboraí envolvidas nesta pesquisa para os mesmos pudessem conhecer o Guia e, após leitura do mesmo apresentar suas impressões. Esta etapa foi construída considerando os objetivos gerais e específicos do presente trabalho, a hipótese apresentada pelo mesmo e os dados coletados juntos aos docentes da rede municipal.

Como forma de efetivar a validação do produto foram selecionados, preferencialmente, os docentes da rede municipal de Itaboraí, público alvo do produto educacional, que responderam ao questionário presente no apêndice I deste trabalho. Tais docentes foram convidados a leitura do referido produto educacional e posterior resposta ao formulário denominado: “Questionário de validação do produto educacional intitulado: Guia Sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *campus* São Gonçalo – Para docentes da rede municipal de Itaboraí” conforme apêndice IV.

O formulário solicitou os dados pessoais e profissionais dos docentes, e após, foram apresentadas as questões sobre o produto educacional. No total, doze professores responderam ao questionário sobre o produto educacional, todos lecionam nas duas escolas municipais participantes da pesquisa, conforme detalhado na seção de metodologia do presente trabalho. Não foi possível obter respostas dos mesmos docentes que responderam ao questionário presente no apêndice I – destinado a averiguar o nível de conhecimento dos docentes sobre o *campus* - pois alguns não retornaram ao convite, ao averiguar junto a Direção das Escolas foi constatado que alguns docentes não responderam possivelmente por não pertencerem mais a rede municipal, pois eram contratados por tempo determinado e os respectivos contratos foram rescindidos.

Dessa forma, algumas alterações relativas aos dados pessoais dos docentes foram observadas nas respostas ao formulário citado no parágrafo anterior, sendo as mais significativas relativas ao vínculo com a rede municipal, agora cem por cento dos docentes que responderam era efetivo, ou seja, concursados com vínculo estatutário, e o percentual entre homens e mulheres passou a ser igual.

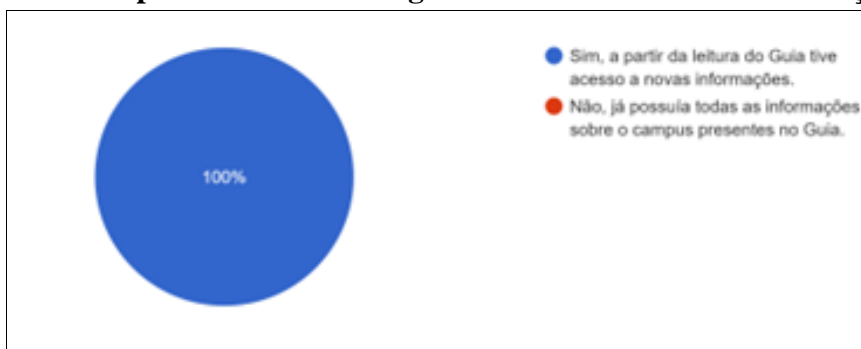
Ainda em relação à mudança de perfil, com a não resposta dos docentes contratados por tempo determinado, houve um aumento no tempo de vínculo com a rede municipal, onde os que

declararam ter mais de dez anos na rede municipal passou de 46,7% dos respondentes para 83,3%, resultado esperado, pois se espera que os estatutários tenham mais tempo na rede, já que o respectivo vínculo não é por tempo determinado.

Esclarecidas as diferenças de perfil entre os docentes que inicialmente responderam a pesquisa, e os que tiveram contato com o produto e responderam ao respectivo questionário, iniciam-se as observações das respostas dos professores as questões relativas ao produto educacional.

Na primeira questão do formulário foi perguntado ao docente se ele considera que o Guia pode ser uma ferramenta capaz de elucidar as principais dúvidas sobre o *campus* com acesso a novas informações, ou se ele já possuía todas presentes no respectivo material. A esta questão todos responderam que: a partir da leitura do guia teve acesso a novas informações (figura 51). Portanto, o produto educacional mostrou-se capaz de esclarecer dúvidas e trazer novas informações sobre o *campus* para os docentes das escolas pesquisadas.

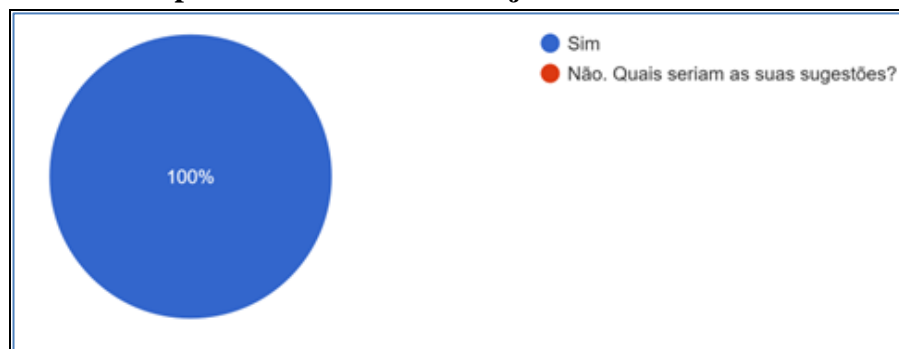
Figura 51: A partir da leitura do guia teve acesso a novas informações?



Fonte: O autor

A questão seguinte apresentada aos docentes referiu-se a clareza/objetividade do Guia e a facilidade de consulta sobre os itens contantes no mesmo, como por exemplo, localização do *campus* e cursos ofertados. Em caso negativo foi aberto um espaço para que o docente pudesse sugerir mudanças em relação a este item, conforme resultado abaixo (figura 52), todos os participantes respondera positivamente, não havendo nenhuma resposta negativa, e portanto nenhuma contribuição.

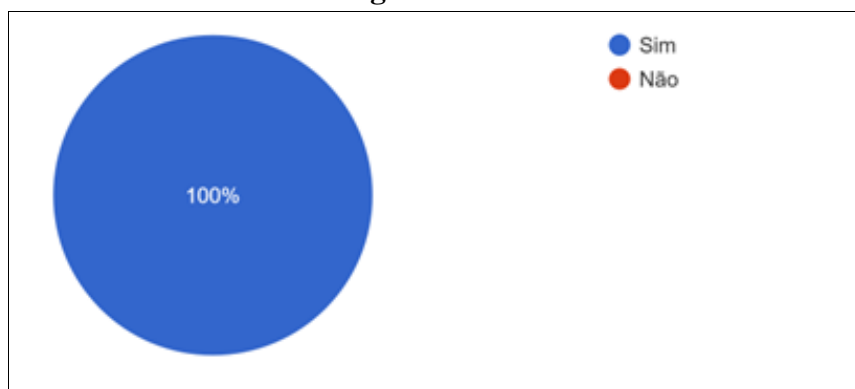
Figura 52: As informações sobre o *campus* (cursos ofertados e localização, por exemplo) foram apresentadas de forma objetiva e de fácil consulta?



Fonte: O autor

Em relação ao Guia possuir informações suficientes para que o docente possa esclarecer as dúvidas dos alunos da rede municipal interessado em concorrer a uma vaga no IFRJ, a totalidade dos participantes respondeu que sim, conforme apresentado abaixo (Figura 53). Esta questão foi alinhada aos objetivos da presente pesquisa presente no item 1.5 da primeira seção deste trabalho.

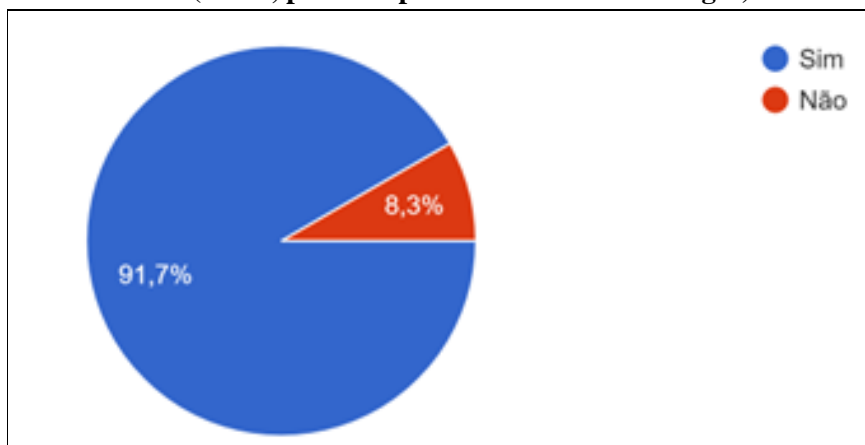
Figura 53: Você considera que o Guia possui as informações suficientes para que você possa esclarecer dúvidas dos alunos da rede municipal interessados em concorrer a uma vaga no IFRJ?



Fonte: O autor

Sobre o processo seletivo de ingresso no IFRJ, a quarta questão apresentada aos docentes visava saber se o Guia foi capaz de sanar possíveis dúvidas sobre o processo de ingresso nos cursos da instituição, neste caso a maioria dos respondentes (91,7%), respondeu que sim (Figura 54), enquanto 8,3% respondeu que não, o que corresponde a apenas um docente dos doze que responderam a pesquisa.

Figura 54: O Guia foi capaz de sanar possíveis dúvidas sobre o processo de ingresso nos cursos do IFRJ (edital, provas e política de reserva de vagas)?



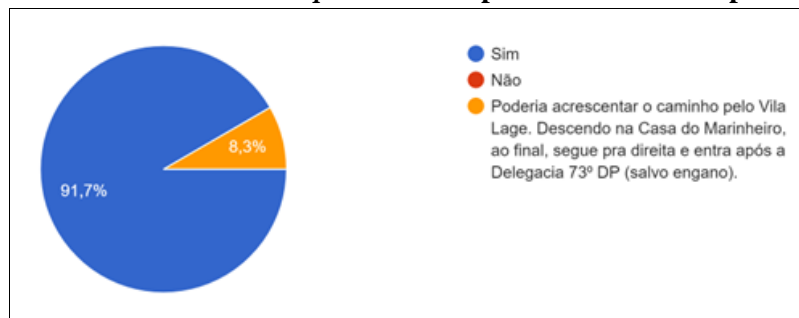
Fonte: O autor

Já quando perguntados se acreditavam que a leitura do Guia contribuiu para que possam orientar melhor os estudantes sobre o acesso ao *campus* do IFRJ partindo do município de Itaboraí, apenas um docente respondeu negativamente e sugeriu outro trajeto não presente no Guia (Figura 55), porém, o mesmo registrou como resposta que não possuía certeza do trajeto sugerido.

Neste caso, o trajeto sugerido pelo docente não foi incluído no guia devido à prioridade ter sido o trajeto mais prático e rápido, e por transporte público, visto que pela experiência do pesquisador grande parte dos estudantes acessa o *campus* por essa modalidade de transporte, em especial aqueles que têm como origem o município de Itaboraí e que foram estudantes da rede pública municipal.

Considerando ainda que o Guia tem como objetivo aumentar o grau de conhecimento dos docentes para que os mesmos possam ser multiplicadores da informação junto aos alunos da rede pública, não parece justificável priorizar mais de uma rota acessível por transporte próprio (automóvel ou motocicleta) devido ao exposto no parágrafo anterior.

Figura 55: Você acredita que a leitura do Guia contribui para que você possa orientar melhor os seus alunos sobre o acesso ao *campus* do IFRJ partindo do município de Itaboraí?



Fonte: O autor

Sendo o produto educacional parte deste trabalho e seus capítulos e conteúdos escolhidos terem como principal objetivo levar conhecimentos antes desconhecidos pelos docentes, a sexta questão do formulário de validação do produto foi apresentada de maneira aberta, para que os docentes pudessem registrar na sua resposta quais aspectos do Guia eles não tinham conhecimento antes da leitura do mesmo. As seguintes respostas foram registradas no formulário:

- Nenhuma
- Sobre os cursos concomitantes com o ensino médio.
- Localização; cursos oferecidos.
- Cursos de química
- Sobre os cursos ofertados no *campus* São Gonçalo.
- Sim, sobre a oferta de pós-graduação.
- Sobre os cursos ofertados
- Sobre os cursos
- Eu só sabia a localização do mesmo, todas as informações foram muito relevantes, pois não sabia como orientar meus alunos e após esta leitura me sinto mais capacitada.
- Cursos técnicos
- A maioria
- Cursos oferecidos.

Correlacionando as respostas acima com as informações da seção 4.3 do presente

trabalho, onde foram analisados os dados relativos ao conhecimento dos docentes da rede municipal sobre o *campus* São Gonçalo do IFRJ, observou-se que mais de cinquenta por cento dos participantes da rede municipal disse não conhecer os cursos técnicos e nem suas modalidades de oferta no *campus* São Gonçalo, o que explica a elevada citação aos cursos do *campus* como informação que a maioria dos docentes não conheciam e passaram a ter acesso à informação através do produto educacional.

Portanto, o maior destaque do produto educacional, com a sua maior parte dedicada aos cursos e suas modalidades, está alinhado aos dados coletados anteriormente junto ao público alvo da pesquisa. Apesar de menos citados, os itens que envolvem o curso de pós-graduação e a localização do campus também estão presentes no produto educacional.

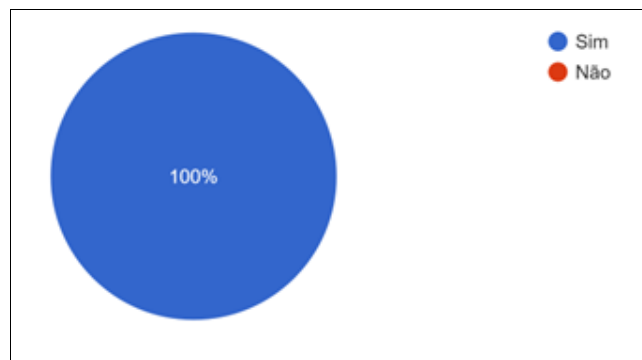
O formulário para que os professores pudessem avaliar o produto também incluiu a questão relativa a alguma informação que os mesmos não localizaram no guia, pois alguma poderia ser do conhecimento deles e não estar presente no mesmo. A essa questão a maioria dos participantes responderam que não, e dois respondentes sinalizaram que não localizaram as seguintes informações:

- Cursos de Pós Graduação;
- Se o processo seletivo é aberto anualmente ou por semestre.

Sobre o curso de pós-graduação, o Guia traz na página 17 informações como a modalidade (Lato Sensu) e o nome do curso ofertado pelo *campus* nesta modalidade (histórias e culturas africanas e afro-brasileiras), com o respectivo endereço eletrônico para maiores informações.

A última questão apresentada aos docentes teve como objetivo compreender se, não visão deles, o aumento do conhecimento dos docentes da rede pública de Itaboraí sobre as possibilidades de formação de nível médio técnico, ofertadas no IFRJ- *campus* São Gonçalo, podem contribuir para a multiplicação da informação junto aos estudantes da rede (Figura 56). A referida questão foi formulada tendo em vista que o Guia desenvolvido como produto educacional do presente trabalho visa contribuir justamente para o maior conhecimento dos docentes da rede para que os mesmos possam ser multiplicadores da informação junto aos estudantes.

Figura 56: Você acredita que o maior conhecimento dos docentes da rede pública de Itaboraí sobre as possibilidades de formação de nível médio técnico ofertadas no IFRJ – São Gonçalo - podem contribuir para multiplicação da informação junto aos estudantes da rede?



Fonte: O autor

A totalidade dos docentes respondeu positivamente à questão apresentada acima, indicando que o produto educacional pode cumprir o objetivo para qual foi desenvolvido, considerando o universo de docentes que participaram da pesquisa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universalização do acesso à educação, apesar de preconizado nas leis que tratam o tema e das medidas adotadas pelo estado para atingir tal objetivo, sempre foi marcada por desigualdades na oferta para as diferentes camadas sociais, o que inclui também o modelo de educação que no Brasil foi historicamente distinto de acordo com a classe social. Essa dualidade educacional que defendia um modelo de escola para cada cidadão de acordo com a sua “posição social”, refletindo assim o sistema socioeconômico dominante, gerou reflexos nas políticas educacionais do estado e, conseqüentemente na distribuição espacial de diferentes instituições educacionais e seus perfis de oferta.

Ainda que as instituições de ensino federais voltadas para a formação técnica tenham origem no contexto da dualidade apresentada acima, sendo inicialmente voltada para a classe operária e também de trabalhadores rurais, perfil este que foi alterado ao longo das últimas décadas, de acordo com registros históricos, o leste metropolitano do Rio de Janeiro recebe apenas na primeira década do século XXI, uma instituição federal voltada para este nível de ensino.

O fato acima mostra que independente das mudanças na política educacional, que influenciaram significativamente a função inicial do ensino técnico, transformando o perfil das instituições federais voltadas para esse nível de ensino, e que, atualmente possuem relevância para além dos objetivos restritos para as quais foram criadas no início do século XIX, ofertando educação pública para diversas camadas sociais e com presença ampliada territorialmente pelo país, o leste metropolitano parece ter sido inserido tardiamente considerando a sua história econômica e seus aspectos populacionais.

Apesar da presença de um *campus* do IFRJ no município de São Gonçalo, o conhecimento de grande parte da comunidade escolar da região sobre os cursos que o *campus* oferta ainda parece insuficiente, hipótese confirmada no presente trabalho no universo de duas escolas da rede pública municipal de Itaboraí, considerando o conhecimento dos docentes sobre os aspectos do *campus* do IFRJ no município vizinho.

Cabe destacar que a hipótese acima foi confirmada após o desenvolvimento desta pesquisa, conforme dados apresentados nas seções cinco e seis referentes a análise dos dados e apresentação do produto educacional. Porém, merece destaque aqui que o universo de análise e o recorte espacial do presente trabalho é reduzido, visto que se tratou aqui de dados relativos ao leste metropolitano, conforme apresentado na seção dois, relativos aos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, que ainda assim não contempla toda a região.

A pesquisa tem como escopo apenas um recorte da região, mas os resultados indicam a necessidade de continuidade dos estudos, no intuito de ampliar o universo da pesquisa e aprofundamento do tema. Os objetivos específicos propostos e apresentados na seção um foram atingidos, visto que foi possível mensurar aspectos da relação entre o *campus* do IFRJ em São Gonçalo e escolas da rede municipal de Itaboraí, além de analisar o conhecimento dos docentes dessas escolas sobre o *campus* do Instituto, e produzir o produto educacional capaz de aumentar o conhecimento desses docentes sobre o *campus*.

O resultado da pesquisa apontou para diversos aspectos que carecem de análises específicas, como por exemplo, as propostas de ensino integrado que apontam como algo não só pouco conhecido pelo público externo, mas que também enfrenta desafios internos para o seu pleno funcionamento, diante de inúmeras barreiras que se apresentam na realidade concreta das escolas, conforme discutido na seção 2.3 deste trabalho.

Diante do exposto no parágrafo anterior, parece que a consolidação do ensino integrado

na concepção apresentada nos referenciais teóricos da presente pesquisa é um desafio que ainda se encontra em processo de enfrentamento nas práticas observadas nos Institutos Federais, e que por isso, ainda não aparece como um grande atrativo quando o assunto é a divulgação dos cursos, visto que o foco ainda tem como destaque o ensino voltado para a qualificação para o trabalho.

A contradição aparente apresentada acima, parece natural considerando que a visão de educação que orienta os IFs tende ser progressista e ousaria dizer que preconiza a formação de cidadãos capazes de refletir sobre aspectos do atual sistema socioeconômico que não estão em consonância com os objetivos e desejos das camadas dominantes que instrumentalizam o mercado financeiro e toda a cadeia produtiva.

O presente trabalho ao analisar a relação do IFs com a comunidade escolar pública de Itaboraí expõe as mudanças na concepção de educação dessas instituições até a sua chegada ao leste metropolitano, pois a imagem que a comunidade externa possui sobre algo que ainda parece novo para ela está atrelada ao que a mesma conhece como ensino técnico. Portanto, parece fundamental estudos de aprofundamento não só da relação do *campus* em São Gonçalo com a comunidade externa do leste metropolitano, como também da concepção de educação defendida pelo Instituto.

A última seção do presente trabalho demonstrou através de dados obtidos junto aos docentes, após a apresentação do produto aos mesmos, a necessidade de medidas que possam levar mais conhecimento sobre o *campus* ao público externo, o que não se esgota com um único produto educacional, mas que expõe a necessidade de outras medidas de divulgação que possam atingir tal objetivo.

Pode-se considerar que a produção do Guia sirva de base não só para fomentar as discussões acerca do distanciamento entre o *campus* do IFRJ pesquisado e a comunidade escolar do Itaboraí, mas sobretudo constitua-se como uma das iniciativas possíveis para enfrentar o cenário descrito na presente pesquisa, a fim de reduzir o abismo de conhecimento não só dos docentes de escolas públicas da região sobre o *campus*, mas também dos estudantes e da comunidade em geral.

Ainda que voltado para o público de professores, que podem contribuir na disseminação da informação e no papel de esclarecedor de dúvidas junto aos estudantes, não podemos desconsiderar que o conteúdo também pode utilizado por estudantes, apesar do foco do presente

trabalho não ter sido avaliar e/ou validar o produto junto a este público.

Portanto, é possível considerar que o conteúdo do produto, ao abordar cursos que não são apenas de nível médio, possui tanto a função de informar os docentes para que contribuam na divulgação das informações junto aos alunos, mas também que possam se utilizar das informações para o seu próprio aprimoramento profissional, visto que o Guia também traz informações sobre cursos de pós-graduação. Além disso, o guia também traz a informações sobre o que é um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), que pode ser útil para outros membros da comunidade escolar, como os trabalhadores nas áreas de apoio na escola e também para pais e responsáveis dos estudantes, incluindo toda a comunidade.

Dessa maneira, a relevância social do produto através das informações contidas nele pode atingir públicos para os quais o mesmo não foi inicialmente direcionado, mas que, devidamente adaptado e com orientação correta, não impede que o mesmo seja utilizado de forma a contribuir para a aproximação do *campus* com toda a comunidade das escolas públicas de Itaboraí de outros municípios do leste metropolitano.

Cabe ainda destacar que, apesar do estudo ter analisado a relação do primeiro campus de um Instituto Federal na região, outros foram instalados posteriormente, como o campus Niterói do IFRJ, e os *campi* do IFF em Maricá, em 2015, e em Itaboraí, no final do ano de 2021, no caso deste último até agosto de 2022 não havia oferta de nenhum curso de nível médio técnico.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v22n40/v22n40a09.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2022.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 6 jan. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERNARDI, Maira; DAUDT, Sônia Dondonis. **Paradigmas do conhecimento e abordagens pedagógicas**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de

junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 13 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF., 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/npn>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 733, de 16 de setembro de 2021**. Institui o Programa Itinerários Formativos. Brasília, DF, 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-733-de-16-de-setembro-de-2021-345462147>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área: Área 46 – Ensino**. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CIAVATTA Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 83-106.

FRIGOTTO Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro. LPP-UERJ, 2018. p. 249-266.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995, p. 57-63.

IBGE. **Itaboraí-RJ**: Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama>. Acesso em: 14 mar. 2021.

IBGE. **São Gonçalo-RJ**: Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em: 8 mar. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Manual de extensão**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2021. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/manual_da_extensao_-_dez_2021_-_com_a_portaria_ifrj_114-2021_2.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Portaria nº 114 de 09 de dezembro de 2021**. Aprova o Manual de Extensão no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/manual_da_extensao_-_dez_2021_-_com_a_portaria_ifrj_114-2021_2.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Projeto pedagógico institucional PPI: 2014-2018**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2015.

ITABORAÍ (RJ). Prefeitura. **Escolas 2022**. Disponível em: <https://matricula.itaborai.rj.gov.br/escolas2022.pdf>. Acesso em: 14 mar.2022.

ITABORAÍ (RJ). Prefeitura. **Matrícula**. Itaboraí, 2022. Disponível em: <https://matricula.itaborai.rj.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILLIORIN, Simone Aparecida. **Atuação da rede federal na ampliação do direito à educação básica**: uma análise da oferta do ensino médio integrado nos Institutos Federais. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 5. ed. Campinas: Papirus. 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25-33, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180/10526>. Acesso em: 6 jan. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAUJO, Adilson Cesar; SILVA, Claudio Nei Nascimento da (org.). **Ensino Médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 20-42.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. (Coleção formação pedagógica, v. 5).

SANTANA, Francisco das Chagas. **A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, de 2008 a 2010**: um estudo sobre a localidade dos campi no território piauiense. 2012. 175 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, 2012. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 6 jan. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

THURLER, Mônica Gather. **Inovar no interior da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

APÊNDICE I – Questionário para os docentes da rede municipal de Itaboraí**Nome (opcional):** _____ **Idade:** _____**Sexo:** _____ **Formação:** _____**Tempo de magistério:** _____1. Você tem conhecimento do *campus* São Gonçalo do IFRJ?

(A) Sim

(B) Não

2. Em caso positivo, você sabe onde fica localizado e como acessar partindo da escola onde atua?

(A) Sim

(B) Não

3. Conhece algum curso técnico ofertado pelo IFRJ – *campus* São Gonçalo?

(A) Sim

(B) Não

4. Tem conhecimento sobre os tipos e modalidades de cursos oferecidos pelo IFRJ – *campus* São Gonçalo? (Ex. integrado, subsequente, formação inicial e continuada).

(A) Sim

(B) Não

5. Conhece a diferença entre um curso técnico integrado e um curso subsequente/concomitante?

(A) Sim

(B) Não

6. Sobre o processo seletivo de ingresso na instituição, possui conhecimento sobre o processo de inscrição (como critérios, isenção e taxas etc)?

(A) Sim

(B) Não

7. Conhece a política de cotas para ingresso na instituição?

(A) Sim

(B) Não

8. Possui conhecimento de alguma medida de divulgação das informações sobre o *campus*?

(A) Sim

(B) Não

9. Como avalia o seu conhecimento sobre o IFRJ – *campus* São Gonçalo - e o respectivo processo de seleção?

(A) pouco

- (B) médio
- (C) avançado

10. Possui conhecimento sobre alguma medida de divulgação do IFRJ na escola onde atua?

- (A) Sim
- (B) Não

APÊNDICE II – Questionário para os docentes do *campus* São Gonçalo do IFRJ**Nome (opcional):** _____ **Idade:** _____**Sexo:** _____ **Formação:** _____**Tempo de magistério:** _____

1. Você tem conhecimento sobre o processo de ingresso dos estudantes do IFRJ *campus* São Gonçalo?

- (A) Sim
- (B) Não

2. Você possui conhecimento sobre as políticas afirmativas de ingresso no IFRJ?

- (A) Sim
- (B) Não

3. Os estudantes chegam ao IFRJ com algum conhecimento sobre o curso técnico pelo qual optaram?

- (A) Sim
- (B) Não

4. Como percebe o conhecimento dos estudantes ingressantes sobre os cursos que optaram?

- (A) Pouco
- (B) Médio
- (C) Avançado

5. Os estudantes ao ingressar demonstram conhecimento sobre a proposta de ensino médio integrado?

- (A) Sim
- (B) Não

6. Conhece alguma medida de divulgação do Instituto nas escolas públicas do leste metropolitano? Qual?

- (A) Sim
- (B) Não

7. Você considera que as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IFRJ – *campus* São Gonçalo - interferem no processo de ingresso na instituição?

- (A) Sim
- (B) Não

8. Você já Participou de alguma medida de divulgação do *campus* nas escolas da rede municipal de Itaboraí?

(A) Sim

(B) Não

9. Você acha que as estratégias de divulgação do *campus* São Gonçalo são suficientes para atender a demanda dos ingressantes?

(A) Sim

(B) Não

10. Quais as suas sugestões para ampliar a divulgação do IFRJ - *campus* São Gonçalo - nas escolas públicas da região?

APÊNDICE III – Questões da entrevista com o Ex-Diretor e professor do *campus* São Gonçalo do IFRJ

1. Como você vê a relação do campus com as escolas públicas do leste metropolitano, e em especial do município de Itaboraí?
2. Qual a sua percepção sobre o conhecimento dos estudantes das redes públicas que ingressam no IFRJ sobre a instituição e seus cursos?
3. Você conhece projetos do *campus* São Gonçalo que corroboram com a veiculação da informação sobre os cursos do IFRJ e a forma de ingresso para a comunidade?
4. A partir da sua prática, existe algum aspecto no processo seletivo de ingresso no IFRJ que seja desconhecido pelos estudantes da rede pública?
5. Pensando nos professores da rede pública como multiplicadores da informação sobre o IFRJ, como avalia o grau de conhecimento de conhecimento destes sobre os cursos ofertados no IFRJ?
6. Existe alguma estratégia de divulgação do IFRJ para as escolas públicas de Itaboraí? na sua opinião, as estratégias de divulgação do *campus* São Gonçalo são suficientes para atender a demanda dos ingressantes?
7. Quais são as práticas do IFRJ que você considera desconhecidas pelos alunos e docentes do nono ano da rede pública?
8. Existe alguma medida do IFRJ para divulgação do *campus* voltada para os docentes da rede pública?
9. Considerando a lei de criação dos institutos baseado na tríade de ensino, pesquisa e extensão. Você conhece algum projeto de extensão que envolva a comunidade escolar do entorno do campus?
10. Quais as informações sobre o *campus* do IFRJ em São Gonçalo que você considera mais importantes para as escolas públicas?
11. Considerando o edital de ingresso, quais os principais entraves para os estudantes que você identifica durante o processo?

APÊNDICE IV – Questionário de validação do produto educacional intitulado “Guia Sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *campus* São Gonçalo – Para docentes da rede municipal de Itaboraí.

Nome (opcional): _____ **Idade:** _____

Sexo: _____ **Formação:** _____ **Tempo de magistério:** _____

1. Você considera que o Guia pode ser uma ferramenta capaz de elucidar as principais dúvidas sobre o *campus*?

(A) Sim, a partir da leitura do Guia tive acesso a novas informações.

(B) Não, já possuía todas as informações sobre o campus presentes no Guia.

2. As informações sobre o *campus* (cursos ofertados e localização, por exemplo) foram apresentadas de forma objetiva e de fácil consulta?

(A) Sim

(B) Não. Quais seriam suas sugestões de alteração? _____

3. Você considera que o Guia possui as informações suficientes para que você possa esclarecer dúvidas dos alunos da rede municipal interessados em concorrer a uma vaga no IFRJ?

(A) Sim

(B) Não

4. O Guia foi capaz de sanar possíveis dúvidas sobre o processo de ingresso nos cursos do IFRJ (edital, provas e política de reserva de vagas)?

(A) Sim

(B) Não

5. Você acredita que a leitura do Guia contribui para que você possa orientar melhor os seus alunos sobre o acesso ao *campus* do IFRJ partindo do município de Itaboraí?

(A) Sim

(B) Não

6. Quais informações presentes no Guia você não tinha conhecimento antes da leitura do mesmo?

7. Existe alguma informação importante sobre o IFRJ que você não localizou no Guia?

8. Você acredita que o maior conhecimento dos docentes da rede pública de Itaboraí sobre as possibilidades de formação de nível médio técnico, ofertadas no IFRJ – São Gonçalo, podem contribuir para multiplicação da informação junto aos estudantes da rede?

(A) Sim

(B) Não



ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada: O conhecimento da comunidade escolar acerca das atividades desenvolvidas no IFRJ – *campus* São Gonçalo: uma análise de sua relação com as escolas públicas do município de Itaboraí, e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: Investigar as questões relacionadas ao ingresso de estudantes no IFRJ - *campus* São Gonçalo - e a relação com o conhecimento da comunidade escolar local sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Instituto.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em responder um questionário que irá possibilitar um maior entendimento sobre a relação entre o IFRJ – *campus* São Gonçalo e as escolas públicas do município de Itaboraí, ambos localizados no leste metropolitano.

3. Potenciais riscos e benefícios: não há previsão de riscos ou prejuízos para as atividades laborativas dos entrevistados, nem relacionados à saúde mental dos mesmos. Quanto aos benefícios, o produto que será desenvolvido poderá ser aplicado em escolas municipais de Itaboraí no leste metropolitano do Rio de Janeiro com o objetivo de aumentar o conhecimento dos docentes dessas escolas sobre as atividades desenvolvidas no IFRJ - *campus* São Gonçalo, em especial as formas de acesso dos estudantes aos cursos de nível médio ofertados pelo Instituto.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O pesquisador responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: O pesquisador André de Moraes Gonçalves Dias garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. pelo telefone (21) 979127623 ou pelo e-mail: andregdias8@gmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

Ao clicar SIM você concorda com o termo supracitado. Lembrando que você tem total liberdade de abdicar a qualquer momento do preenchimento deste questionário, sem nenhum prejuízo.